



PROJETO HOTEL VALE DO TEMPO
PROJETO DE EXECUÇÃO
ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL
ESCLARECIMENTOS E ELEMENTOS ADICIONAIS

JANEIRO 2023

Outras Paisagens - Projetos de Arquitetura Paisagista, Lda.

Praça das Indústrias, Edifício da A.I.P – Edifício Amarelo - Salas 19 e 20

1300-307 Lisboa

Tel.: 21 363 12 57

Procedimento de AIA do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto do “Hotel Vale do Tempo”

1. INTRODUÇÃO

Na sequência da análise técnica da documentação elaborada no âmbito do Estudo de Impacte Ambiental, do Processo de Avaliação Ambiental do projeto do “Hotel Vale do Tempo”, a Autoridade de AIA (CCDR Algarve), no domínio de ambiente do Regime de Avaliação de Impacte Ambiental, solicitou, através da Informação N.º 102706-202210-INF-AMB do Proc. N.º 450.10.229.01.00011.2019, datada de 07/10/2020, elementos adicionais, em conformidade com as disposições do n.º 9 do Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro.

O presente documento constitui, assim, o Aditamento ao Estudo de Impacte do projeto do “Hotel Vale do Tempo”, em Fase de Projeto de Execução, onde se apresentam todos os esclarecimentos e elementos adicionais solicitados.

Em anexo, apresentam-se os elementos gráficos, bem como outros documentos que suportam e complementam as considerações técnicas.

2. ELEMENTOS ADICIONAIS

As questões levantadas são transcritas para o presente documento, seguindo-se o respetivo esclarecimento.

1. Recursos Hídricos

1. Rede hidrográfica – Atendendo a que alguns caminhos e acessos estão implantados sobre a servidão associada a uma linha de água que ocorre próximo do limite poente da área de intervenção, solicita-se que seja reconhecida esta situação e que se demonstre como será garantida a continuidade da referida linha de água sem impactes negativos para terceiros;

Em termos fisiográficos, e de acordo com a carta militar (ver figura abaixo) a área de intervenção, no limite poente, tem no seu limite uma linha de água.

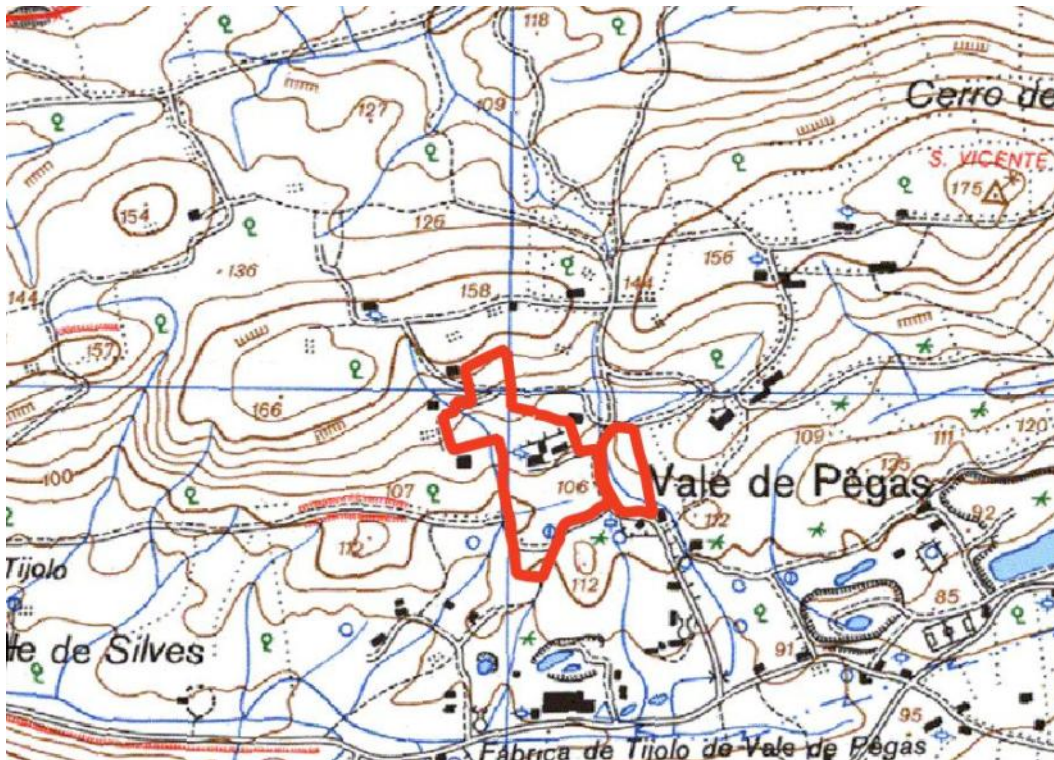


Figura 1 – Extrato da CM nº596, com indicação da área do projeto

A referida linha de escorrência não tem representação no terreno, e está enquadrada entre muros, como se pode observar nas fotografias abaixo.



Figura 2 e Figura 3– Fotografias do limite Poente da área de projeto (2022).



Figura 4 e Figura 5– Fotografias do limite Poente da área de projeto (2022).

Para além do referido, e tendo em conta que a localização da área de intervenção se encontra inserida na bacia hidrográfica de 1ª ordem de acordo à classificação *Horton-Strahler*, deste modo todo o sistema hídrico presente nos limites do terreno tem um caráter efêmero, sem expressão morfológica presente, ou seja, constitui uma linha de escorrência superficial.

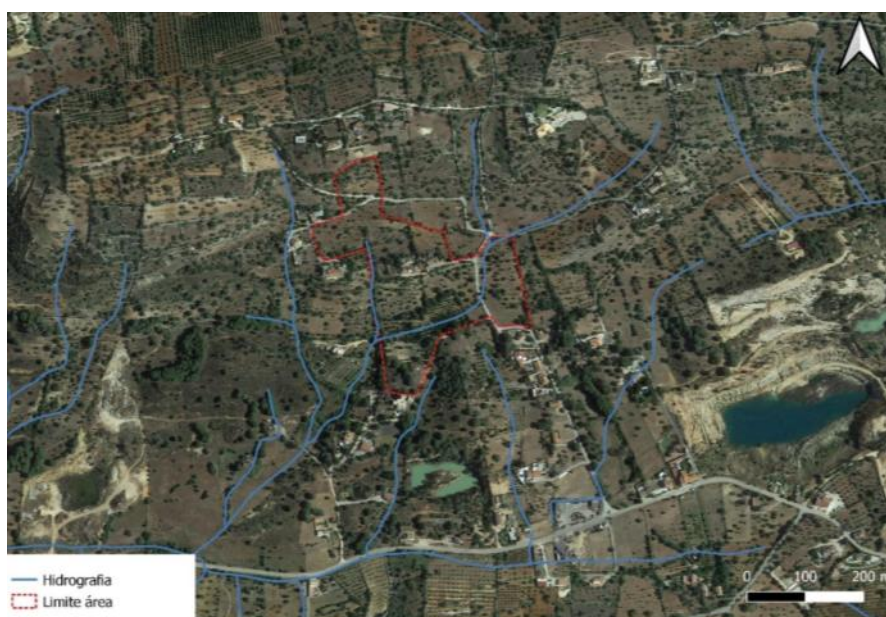


Figura 6 – Localização sobre imagem de satélite

Como referido anteriormente, está representada na carta Militar uma linha de água no limite poente da propriedade, embora a mesma não tenha representação no terreno, e deva corresponder a uma linha de escorrência superficial de 1º ordem, de modo a compatibilizar a mesma e manter a sua função, alterou-se o acesso e estacionamento, assim como os caminhos pedonais. Foi ainda considerada a realização de uma sementeira com espécies de galeria ripícola.

No Anexo 1 – Peças desenhadas são apresentadas as plantas revistas dos desenhos 19A, desenho 21A com as alterações acima referidas.

2. Rega – Entende-se que foi pouco desenvolvida a questão da implementação de espaços verdes no empreendimento e como tal das necessidades de água para a sua rega. Embora ao longo do EIA seja dado a entender que as espécies de vegetação a plantar nas zonas de enquadramento do empreendimento não necessitam de água porque serão todas autóctones e adaptadas ao clima local, este assunto suscita dúvidas, uma vez que a tipologia do alojamento turístico e análise, totalmente enquadrado em espaço rural, deverá ter, mesmo que numa ordem de grandeza reduzida, necessidades de água para rega. Na reunião de apresentação de projeto em sede de Autoridade de AIA, foi referida a existência de um pomar na área em estudo, em exploração, cuja água para a rega é proveniente de um furo na propriedade. Eventualmente o sistema de rega existente poderá servir para a irrigação dos espaços verdes a criar. Esta questão terá de ser aprofundada (necessidades e origens de água para a rega);

A área do projeto caracteriza-se pela existência de alguma ocupação agrícola, e está atualmente ocupada por prados secos, os quais estão a ser colonizados por vegetação arbustiva, embora este processo esteja ainda no seu início. Esta estrutura de coberto vegetal resultou do abandono recente das atividades agrícolas.

O terreno alberga ainda elementos característicos das explorações agrícolas do Algarve, designadamente; oliveiras (*Olea europaea* var. *europaea*), abundância de alfarrobeiras (*Ceratonia siliqua*) e amendoeiras (*Prunus dulcis*) e citrinos, pontualmente organizados em pequeno pomar, que continuam a ser explorados e que se prevê sejam mantidos com a implantação do projeto.

O conceito de intervenção paisagística mantém o uso cultural da paisagem, e propõe a manutenção das práticas culturais existentes na modalidade atual, e a intervenção será apenas para o enquadramento do hotel e dos alojamentos, como se pode observar na figura abaixo. No Anexo 1 – Peças desenhadas é apresentada a Planta de Estrutura verde - desenho nº 28.



Figura 7 – Áreas regadas do projeto

Na área de projeto existe um furo que era usado para rega da propriedade agrícola, e que se mantém ativo. Em anexo são apresentados os elementos que integram o pedido de licenciamento do referido furo (Anexo 2 – Licenciamento do furo).

O sistema de abastecimento de água para rega na propriedade é apresentado na figura abaixo e é constituído por:

- A - Furo de captação de água;
- B - Reservatório de água

O reservatório de água, a ser instalado no interior do hotel, é o ponto principal de irrigação para o sistema de rega propostos e existentes.

A alimentação principal do depósito será proveniente do furo já existente, e em alternativa é abastecido pela rede de abastecimento de água. Tendo em conta a escassez de água notória na região, é proposto a ligação ao sistema de captação de água das coberturas dos edifícios para alimentar e armazenar o presente depósito.

- C - Abastecimento dos espaços verdes

Todo o sistema de rega dos canteiros ajardinados do empreendimento turístico é alimentado pelos diversos setores no ponto assinalado (C), com alimentação proveniente do reservatório de água.

- D - Abastecimento agrícola

O espaço agrícola é alimentado por um ramal proveniente do depósito de água (ponto B), que mantém a prática atual de rega.

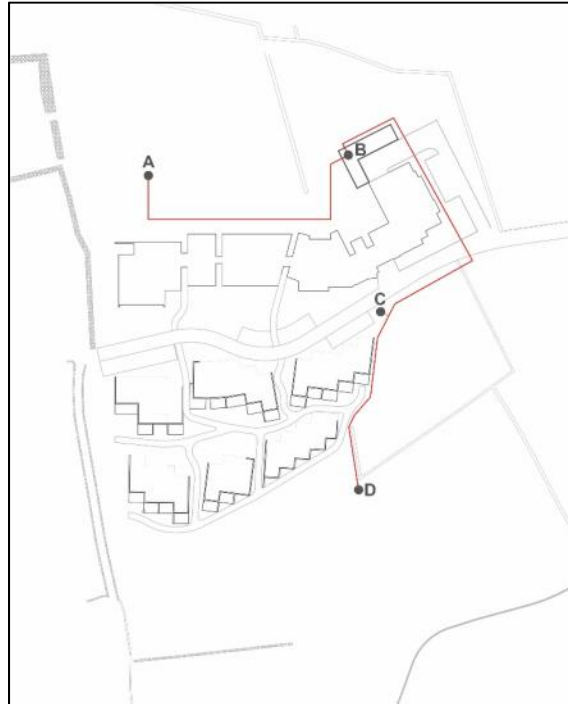


Figura 8 - Esquema Sistema de Rega

Para a rega dos espaços verdes propostos será adotada a rega localizada (gota-a-gota) na sua totalidade, com objetivo de maior eficiência no uso da água (Anexo 1 – Peças desenhadas - Plano de Rega - desenho nº 29).

Necessidades Hídricas da Vegetação

No cálculo das necessidades hídricas dos espaços verdes do empreendimento, foram tidos em conta os diversos módulos de plantação (Anexo 1 – Peças desenhadas - Planta de Estrutura verde - desenho nº 28), em que apresentam espécies de vegetação diferentes, mas com o mesmo método de irrigação, rega localizada (gota-a-gota), deste modo houve uniformização nas necessidades hídricas assumindo o valor (K_v – Coeficiente da vegetação) da espécie mais elevado, assegurando a dotação necessária para a sobrevivência de toda as espécies existentes.

Para calcular as necessidades hídricas dos módulos de vegetação definidos foi utilizada a fórmula designada como Evapotranspiração do espaço verde (ET_1).

Módulos A, B e C

$$ET_1 = ET_0 K_1$$

$$ET_0 = 4$$

$$K_l = K_v K_d K_{mc} K_s$$

$$K_v = 0,3 \text{ (Baixo)}$$

$$K_d = 0,9 \text{ (Baixo)}$$

$$K_{mc} = 1 \text{ (Médio - moderado)}$$

$$K_s = 0 \text{ (Nulo)}$$

$$K_l = 0,27$$

$$ET_l = 4 \times 0,27 = 1,08 \text{ mm d}^{-1} \text{ por m}^2$$

Considerando uma eficiência de rega de 75%:

$$\text{Dotação da Rega} = \frac{ET_l}{ET_{rega}} = \frac{1,08}{0,75} = 1,44 \text{ mm d}^{-1}$$

O módulo D é composto por espécies de vegetação com maiores necessidades hídricas, de ambientes húmidos, das quais parte pertencem ao elenco ripícola, segue os cálculos:

$$ET_l = ET_0 K_l$$

$$ET_0 = 4 \text{ (Valor da média anual)}$$

$$K_l = K_v K_d K_{mc} K_s$$

$$K_v = 0,4 \text{ (Médio - moderado)}$$

$$K_d = 0,9 \text{ (Baixo)}$$

$$K_{mc} = 1 \text{ (Médio - moderado)}$$

$$K_s = 0 \text{ (Nulo)}$$

$$K_l = 0,36$$

$$ET_l = 4 \times 0,36 = 1,44 \text{ mm d}^{-1}$$

Considerando uma eficiência de rega de 75%:

$$\text{Dotação da Rega} = \frac{ET_l}{ET_{rega}} = \frac{1,44}{0,75} = \mathbf{1,92 \text{ mm d}^{-1}}$$

O pomar de citrinos é calculado através da evapotranspiração da cultura (ET_c), visto que se trata de uma única espécie cultural, em que é aplicado um valor de referência específico para o K_c (coeficiente cultural), segue os cálculos:

$$ET_c = ET_0 K_c$$

$$ET_0 = 4$$

$$K_c = 0,65$$

$$ET_c = 4 \times 0,65 = 2,6 \text{ mm d}^{-1}$$

Considerando uma eficiência de rega de 75%:

$$\text{Dotação da Rega} = \frac{ET_1}{ET_{\text{rega}}} = \frac{2,6}{0,75} = 3,46 \text{ mm d}^{-1}$$

Considerando as diferentes necessidades hídricas calculadas, segue:

$$\text{Módulos A, B e C} = 1,44 \text{ mm d}^{-1} \times 4394,97 \text{ m}^2 = 6.328,75 \text{ mm d}^{-1}$$

$$\text{Módulos D} = 1,92 \text{ mm d}^{-1} \times 483,82 \text{ m}^2 = 928,93 \text{ mm d}^{-1}$$

$$\text{Pomar de Citrinos} = 3,46 \text{ mm d}^{-1} \times 4000 \text{ m}^2 = 1.3840 \text{ mm d}^{-1}$$

$$\text{Espaços Verdes} = 7.257,68 \text{ mm d}^{-1} = 7,2 \text{ m}^3 / \text{dia}$$

$$\text{Pomar citrinos} = 13.840 \text{ mm d}^{-1} = 13,8 \text{ m}^3 / \text{dia}$$

Considerando as necessidades máximas diárias de água para rega proveniente do furo existente, na ordem dos 21m³ e, considerando ainda uma extração diária de 12 horas, obtém-se um valor de caudal instantâneo de 0,5 L/s, o qual se considera ser perfeitamente compatível com a produtividade hidrogeológica das formações atravessadas, não originando fenómeno de sobre-exploração do aquífero. Ainda que não seja expectável rebaixamentos excessivos dos níveis piezométricos, deverá ser instalado no furo tubo PEAD de 1", solidário com a tubagem de elevação da água, para medição dos níveis com a periodicidade que se revelar necessária.

3. Eficiência Hídrica – Tendo presente a fase crítica de seca em que se encontra a Região e a necessidade de combater esta situação, será oportuno apresentar soluções de eficiência e resiliência hídrica que permitam, em fase subsequente, a adesão dos edifícios do empreendimento (componente habitacional) ao sistema de valorização de eficiência hídrica por Aqua +, desenvolvido pela Agência para a Energia (ADENE).

A água tornou-se um recurso da maior importância. O crescimento demográfico e, principalmente, o desenvolvimento económico e o atual estilo de vida, tornaram a água potável um recurso escasso. Por outro lado, as alterações climáticas vieram agravar esta situação. Neste âmbito, considerando que o índice de aridez, de 2000 a 2010 (ICNF) atinge no concelho de Albufeira, os valores mais altos, classificando-o como semiárido, sendo suscetível à desertificação (2000-2010), torna-se pertinente contemplar no Projeto em análise, soluções de eficiência e resiliência hídrica que permitam reduzir os consumos de água e adaptação às alterações climáticas e por outro lado, possibilitem posteriormente, a eventual adesão dos edifícios do empreendimento (componente habitacional) ao sistema de valorização de eficiência hídrica designada por AQUA+, desenvolvido pela Agência para a Energia (ADENE). Este

instrumento permite classificar o uso eficiente da água nos edifícios, numa escala de A+ (mais eficiente) a F (menos eficiente), com a identificação de medidas de melhoria.

Tendo em consideração as políticas de uso eficiente da água, que podem ser resumidas pelo princípio 5R (Reduzir o consumo; Reduzir as perdas e os desperdícios; Reutilizar a água; Reciclar a água; e Recorrer a origens alternativas), considera-se que o Projeto em questão irá contemplar as seguintes medidas de eficiência hídrica e resiliência hídrica:

- Aquisição de eletrodomésticos mais eficientes, do ponto de vista hídrico, com um consumo anual médio inferior a 10.000 litros por ano (p.e. máquinas de lavar roupa, máquinas de lavar loiça);
- Obtenção de autoclismos, com mecanismos de descarga dupla ou interrupção de descarga, que apresentam maior nível de eficiência comparativamente aos que apenas apresentam descarga completa;
- Aquisição de chuveiros e sistemas de duche mais eficientes, com consumos de água entre 5 l/min e 7 l/min;
- Aquisição de torneiras dos lavatórios, que possuem um consumo de água até 2 l/min. Nas torneiras de cozinha, o ideal será um consumo de água até 4 l/min.. Alternativamente, para reduzir o consumo de água, poderão ser adquiridos redutores de caudal (tipo arejador, pulverizador ou redutor de fluxo laminado), para melhor adequação do volume consumido;
- Implementação de coberturas verdes ou ajardinadas, através da instalação de vegetação sobre uma estrutura construída. Estes sistemas permitem a redução do caudal de escoamento de águas pluviais, o reforço da qualidade da água encaminhada para os sistemas de drenagem, o aumento do nível de isolamento térmico do edifício e reforço do conforto acústico;
- Na piscina, garantir a estanqueidade, a redução de fugas e a diminuição de perdas por transbordo e evaporação, nomeadamente através da utilização de cobertura do espelho de água;
- Nos espaços exteriores, propõe-se áreas naturalizadas, com vegetação autóctone, entre estas florações primaveris associadas a prado, com exigências de manutenção e de rega adaptadas às condições edafoclimáticas do local;
- Utilização de materiais permeáveis nos caminhos no interior das parcelas de acesso ao edifício principal com estacionamento e percursos pedonais de acesso às Unidades de Alojamento;
- Instalar uma rede de rega eficiente em todos os jardins e similares (p.e.: sistema gota a gota); e
- Finalmente, para além da escolha de equipamentos e dispositivos mais eficientes a nível hídrico, é importante um ajuste da utilização da água, através da redução do tempo despendido em cada uso e na adoção de comportamentos de poupança de água, através da sensibilização dos hóspedes e funcionários do empreendimento.

Serão ainda ponderadas e implementadas na execução as seguintes medidas de eficiência hídrica:

- Aproveitamento de águas pluviais e reutilização de água, criando outras fontes de água para rega e lavagem de espaços exteriores.

- De forma a otimizar o sistema de rega dos espaços exteriores, pode-se ainda, instalar sensores de humidade no solo e de interrupção de rega na ocorrência de precipitação, prevenindo consumo de água desnecessário.

2. Biodiversidade

1. – Localização de todas as componentes do projeto, incluindo os polígonos de implantação dos edifícios (existentes, a demolir e a construir), infraestruturas associadas nomeadamente, saneamento, estacionamento, vias e acessos, equipamentos e espaços verdes, em formato shapefile.

No ficheiro enviado conjuntamente com o presente parecer inclui os ficheiros shp.

2. – Apresentação dos elencos de flora e fauna atualizados, indicando as espécies com interesse conservacionista, nomeadamente protegidas pelo Decreto-lei nº 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-lei nº 49/2005, de 24 de fevereiro, e pelo Decreto-lei nº16-A/2013, de 8 de novembro, e espécies de flora RELAPE.

No Anexo 3, são apresentadas as tabelas com os elencos de flora e fauna atualizados indicando as espécies com interesse conservacionista, e as espécies de flora RELAPE (Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção). A legenda detalhada consta no final das tabelas.

De entre a flora, só foi identificada uma espécie com interesse conservacionista, designadamente *Thymus lotocephalus* (Tomilho-do-Algarve).

Uma segunda espécie, *Lavandula luisieri* (Rosmaninho), sinónimo de *Lavandula stoechas* ssp. *luisieri*, embora endémica da Península ibérica, é extremamente abundante na sua área de ocorrência, em Portugal e Espanha, não estando sujeita a qualquer problema relevante de conservação. No entanto, pelo facto de ser endémica, preenche um dos critérios RELAPE.

Nenhuma destas duas plantas ocorre em áreas próximas à área que se vai implementar o projeto, não ocorrendo impactes sobre elas.

De facto, no caso de Portugal e de Espanha, o carácter endémico, embora integre a sigla RELAPE, tem pouco relevo. De facto, a flora portuguesa e, de um modo geral a flora ibérica, e mesmo mediterrânica, tem um elevadíssimo grau de endemidade, pelo que a aplicação dos critérios RELAPE, determina uma sobre avaliação do valor conservacionista das espécies.

Este facto está sobejamente atestado na literatura científica. Por exemplo, Thompson et al. (2005), com base em trabalhos anteriores, reviram as características do fenómeno da elevada endemidade na biorregião mediterrânica e chamaram a atenção para os seguintes números:

- Cerca de 60% de todas as plantas nativas da região mediterrânea são endêmicas desta região;

- Um elemento característico do fenómeno de endemidade na bacia do mediterrâneo (*lato senso*) é o facto de, de entre as espécies endêmicas do Mediterrâneo, 60% serem endemismos de áreas geográficas reduzidas. Isto é, de pequenas áreas, dentro da bacia do mediterrâneo;
- Em algumas regiões, particularmente em montanhas e ilhas, as percentagens de endemismos costumam exceder 10%, e às vezes 20%, da flora;

Neste contexto, o que é excecional na área de estudo é a escassez de plantas endêmicas (portanto de plantas RELAPE). Este facto decorre da elevada degradação botânica do local, e em particular, do uso agrícola dos terrenos. De facto, as plantas associadas aos campos agrícolas têm amplas áreas de geográficas, que abrangem grande parte da Europa e, por vezes, regiões ainda mais vastas. A continuidade do habitat agrícola e o transporte involuntário de sementes destas plantas, por mão humana, decorrente do transporte de sementes de plantas cultivadas, parecem poder explicar a escassez de endemismos entre as plantas associadas aos campos agrícolas.

De entre a fauna, não foram identificadas espécies de valor excecional, isto é: “*as espécies com interesse conservacionista*”, embora ocorra uma espécie endêmica da Península, como é detalhado mais à frente, neste documento. Este facto decorre também da elevada pressão antrópica a que a área está sujeita.

3. – A informação relativa à flora conservacionista esta deve incluir a descrição do grau de conservação e áreas de potencial ocorrência e apresentar tradução cartográfica em formato shapefile das respetivas áreas de distribuição e ocorrência.

A generalidade das plantas existentes no local não é rara, protegida, nem endêmica ou ameaçada. Do elenco apresentado ressalta a *Thymus lotocephalus* (Tomilho-cabeçudo), planta de conservação prioritária dos Anexos II e IV da Directiva Habitats. Trata-se de um endemismo algarvio. A distribuição no local consta da figura seguinte, já apresentada no relatório de síntese do EIA. Conjuntamente com o presente documento são enviados os ficheiros em formato shape.

O grau de conservação da espécie é desfavorável, uma vez que a lista vermelha a classifica como Quase Ameaçada. O grau de conservação dos núcleos existentes no local é também muito pouco favorável. Trata-se de núcleos muito pequenos, com um número muito baixo de exemplares, aparentemente confinado a faixas muito estreitas, devido a condições ambientais, escassez de solos apropriados e, provavelmente, devido antigas ações de mobilização dos solos.



Figura 9 - Localização de *Thymus lotocephalus* (Tomilho-cabeçudo) na área de estudo.

Na área do projeto, não foram detetados endemismos lusitanos, apenas um endemismo ibérico: o Rosmaninho (*Lavandula luisieri*). De acordo com a Flora Ibérica, este nome é sinónimo de *Lavandula stoechas* ssp. *luisieri*. Trata-se de um dos arbustos mais frequentes em Portugal, sem qualquer interesse conservacionista, embora seja uma subespécie endémica.

Na área de estudo, foi detetada na zona indicada na figura seguinte, que inclui também o seu habitat potencial. Será entregue em formato shape.



Figura 10 - Zona de ocorrência e habitat potencial de *Lavandula stoechas* ssp. *luisieri*, uma das plantas mais frequentes em Portugal, sem interesse conservacionista, embora seja uma subespécie endémica.

4. – Relativamente à fauna de interesse conservacionista devem ser indicadas/mapeadas as áreas de ocorrência das espécies elencadas e dos seus habitats preferenciais. Apresentar em formato shapefile.

Não foram detetadas espécies de fauna com interesse conservacionista, entendidas como aquelas que apresentam um estatuto de conservação desfavorável.

Ressalva-se que, ao contrário das plantas, a fauna tem capacidade de deslocação. Isto implica que, excecionalmente, espécies com estatuto de ameaça podem ocorrer muito longe áreas dos seus habitats de ocorrência. Por exemplo, já foram avistadas na cidade de Lisboa águias-de-Bonelli (*Aquila fasciata*), ou o abutre grifo (*Gyps fulvus*), mas estas ocorrências são absolutamente excecionais e estas espécies não integram a fauna de meio urbano.

No que respeita aos endemismos, na área de estudo, só se assinala a presença de *Blanus cinereus* (Cobra-cega), endemismo ibérico, que pode ocorrer em toda a propriedade, ponderando o habitat disponível (Figura 11). Trata-se de uma espécie muito comum na sua área de distribuição, sem problemas relevantes de conservação. A presença de *Alytes cisternasii* (Sapo-parteiro-ibérico), um segundo endemismo ibérico, se ocorrer em qualquer local da propriedade, será marginal e muito rara. Conjuntamente com o presente documento são enviados os ficheiros em formato shape.



Figura 11 - Habitat de ocorrência de *Blanus cinereus*, correspondente a toda a propriedade

5. Apresentação de cartografia de habitats de interesse conservacionista na área de estudo, de acordo com a classificação constante no Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei nº 156-A/2013, de 8 de novembro e caracterização dos mesmos (estado de conservação); apresentação das shapefiles respetivas.

O único habitat classificado pelo anexo I da Directiva Habitats é o habitat 5330pt5, Carrascais, espargueirais e matagais afins basófilos (5330pt5), que é um subtipo do habitat 5330 - Matos termomediterrânicos pré-desérticos (5330). Este facto consta do Relatório de Síntese do EIA. Uma vez que a propriedade se encontra em Rede Natura 2000, este habitat encontra-se protegido por lei. A sua cartografia consta da figura seguinte e corresponde à mancha de matos, que já constava da cartografia apresentada no relatório de síntese.



Figura 12 - Localização do habitat 5330pt5, Carrascais, espargueirais e matagais afins basófilos (5330pt5), que é um subtipo do habitat 5330 - Matos termomediterrânicos pré-desérticos (5330).

Conjuntamente com o presente documento são enviados os ficheiros em formato shape.

6. Levantamento e caracterização das espécies florestais, caso ocorram, e dos seus povoamentos, nos termos do previsto no Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 de maio e no Inventário Florestal Nacional. Caso aplicável, deverá ser fornecida cartografia em formato shapefile com georreferenciação dos sobreiros e azinheiras bem como respetiva caracterização, indicação do seu estado fito sanitário e de áreas de regeneração natural.

As espécies de árvores existentes na propriedade são as seguintes:

- Alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*);
- Amendoeira (*Prunus dulcis*)
- Oliveira (*Olea europaea* var. *europaea*);
- Figueira (*Ficus carica*);
- Palmeira (*Phoenix canariensis*);
- Pinheiro Manso (*Pinus pinea*)
- Citrino (*Citrus* sp.);
- Nespereira (*Eriobotrya japonica*)
- Pessegueiro (*Prunus persica*);
- Nogueira (*Juglans regia*);
- Eucalipto (*Eucalyptus globulus*);
- Ameixeira (*Prunus domestica*);
- Anoneira (*Annona cherimola*);
- Pereira (*Pyrus communis*);
- Abacateiro (*Persea americana*);
- Macieira (*Malus domestica*).

Como se pode verificar, não existem sobreiros (*Quercus suber*), nem azinheiras (*Quercus rotundifolia*), na área de estudo.

No que respeita às manchas florestais, existe uma área de pinhal-manso (*Pinus pinea*), a qual não será afetada pelo projeto. Para definição desta área de pinhal, considerou-se os critérios de floresta da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, FAO, sigla do inglês *Food and Agriculture Organization*), designadamente: uma área de mais de 0,5 hectares e uma densidade superior a 10% de cobertura.



Figura 13 - Cartografia do pinhal-mansó da área de estudo.

Na planta de vegetação existente, apresentada no Anexo 1 – Peças desenhadas, estão incluídas as espécies arbóreas existentes, confirmadas no local. Como referido, verificou-se que não constam espécimes referidas no Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 de maio, nomeadamente a Azinheira e o Sobreiro.

7. – Mapeamento em formato shapefile de todas as intervenções e áreas de perigosidade impostas pelo Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI).

No seguimento da alteração ao Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2022, de 19 de julho, até à adaptação referida no n.º 3 do artigo 42.º, mantêm-se em vigor, as cartas de perigosidade constantes dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Assim, prevalece a cartografia de perigosidade de incêndio florestal apresentada no PMDFCI Albufeira 2020-2029, aprovado através do Regulamento n.º 298/2021, de 26 de março e retificado pela Declaração de Retificação n.º 710/2021, de 18 de outubro. Nesse sentido, são apresentados em formato shapefile, todas as intervenções e áreas de perigosidade de incêndio florestal, na área do Projeto, decorrentes do PMDFCI Albufeira 2020-2029, atualmente em vigor.

O presente Projeto alvo de AIA, já possui uma Licença aprovada pela Câmara Municipal de Albufeira, referente ao Projeto de Alteração de hotel rural de 5 estrelas, condicionado nos termos da informação técnica de 31/05/2021, através da Deliberação da Reunião de Câmara, de 1 de junho de 2021 (Processo N.º 1T/2021), referente a uma área total de construção de 3.998,25 m² e 49 camas (Anexo 1, do Volume III – Anexos), cingindo-se a presente alteração apenas, ao aumento do número de camas (de 49 para 73 camas). A conformidade do Projeto, em termos dos condicionamentos apresentados na Deliberação da

Reunião de Câmara, de 1 de junho de 2021, nomeadamente pela CMDFCI, já foi comprovada anteriormente, conforme referido no Quadro 105 do capítulo 7.14.2.7 do Relatório Síntese.

8. - Enquadrar a pretensão nas orientações do PROF Algarve, devidamente mapeadas e em formato shapefile (corredores ecológicos).

De acordo com a análise realizada no Descritor de Ordenamento do Território e Condicionantes, nomeadamente para o PROF Algarve (Subcapítulo 5.14, do Capítulo 5 - Caracterização da Situação Atual do EIA) verificou-se que a área do projeto se insere na Sub-região homogénea “Barrocal” e em “Áreas Classificadas”, apresentando simultaneamente sobreposição com “Espaços Florestais Sensíveis”, conforme a figura seguinte.

A área do Projeto não se inclui em nenhum corredor ecológico do PROF Algarve.

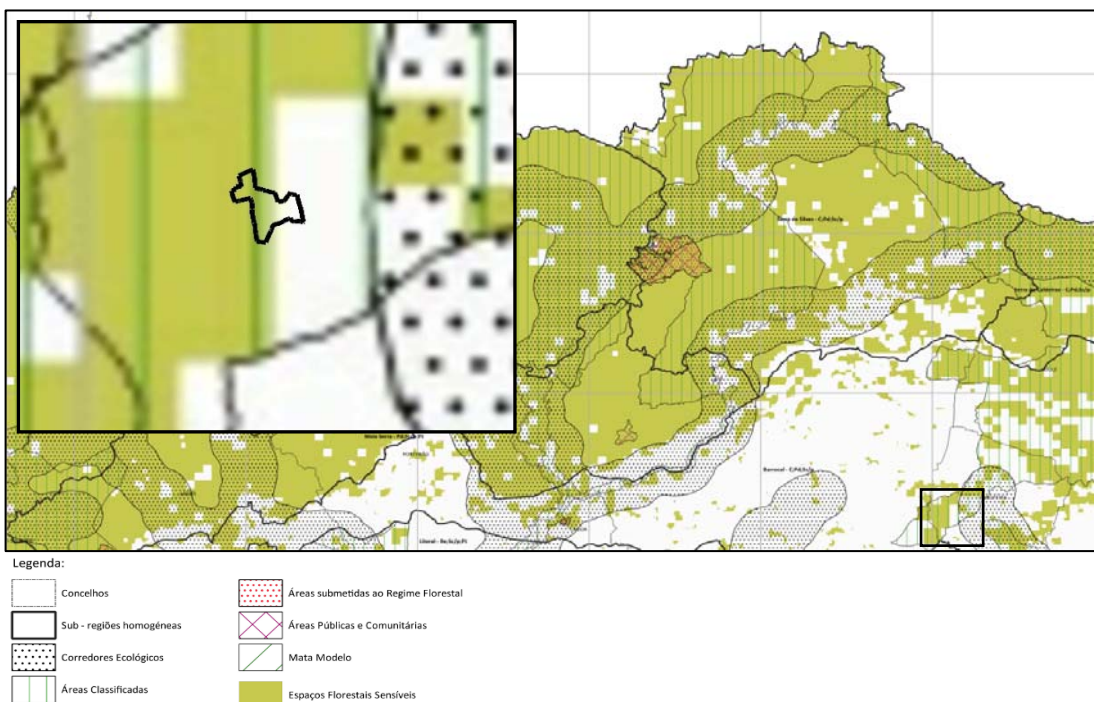


Figura 14 – Carta Síntese do PROF Algarve, com a localização da área do Projeto

Fonte: EIA do Projeto Hotel Vale do Tempo (Projeto de Execução), agosto 2022.

Sub-região homogénea “Barrocal”:

A Sub-região homogénea “Barrocal”, onde se inclui a área do Projeto, possui as seguintes funções gerais dos espaços florestais (Artigo 16.º).

- a) Função geral de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos;
- b) Função geral de produção;
- c) Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

Na SRH Barrocal são identificadas simultaneamente as medidas de intervenção comuns e específicas, bem como os objetivos específicos apresentados no quadro seguinte, destacando-se a medida específica "Utilização Turística", com os respetivos objetivos específicos (a bold).

Quadro 1 - Medidas de intervenção comuns e específicas para SRH Barrocal.

	Objetivos Específicos	Importância Relativa
Ajuste à Aptidão Produtiva	- Selecionar espécies com aproveitamento produtivo local ou regional	+++
	- Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e, em igualdade de outros fatores, menos suscetíveis ao fogo	+++
	- Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e sistema de produção que mantenham no tempo as condições favoráveis de infiltração e escoamento e proporcionem a	++
	- Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e ajustáveis aos objetivos de conservação da Rede Natura 2000	PTCON0049 (+++)
	- Selecionar espécies com boa aptidão produtiva adaptáveis a sistemas de produção conjuntos com caça e silvopastorícia	+++
	- Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e suscetíveis de produção de cogumelos e plantas aromáticas e medicinais	+++
	- Selecionar espécies com boa aptidão produtiva, valorizadoras da paisagem tradicional da SRH	+++
Diminuir a Perigosidade	- Aumentar a fração dos sistemas e espécies florestais com menor suscetibilidade ao	+++
	- Ajustar as prioridades de intervenção da DFCI ao valor dos espaços florestais para a conservação da natureza em particular as áreas classificadas	PTCON0049 (+++)
	- Ajustar o regime cinagético e silvopastoril à função de gestão de combustível	+++
	- Ajustar as prioridades de intervenção da DFCI tendo em atenção a utilização turística dos espaços florestais	+++
Conservação do solo	- Aplicação sistemática das normas de conservação do solo e da água na instalação e gestão de povoamentos e na gestão dos sistemas florestais	+++
	- Promover objetivos e avaliação da conservação do solo e da água aplicáveis a grandes áreas em gestão conjunta	++
Conservação da Biodiversidade	- Promover a diversificação de habitats no contexto dos sistemas e espécies a privilegiar	+++
	- Promover a diminuição do risco de destruição de habitats e espécies classificadas e destruição maciça de habitats	PTCON0049 (+++)
	- Promover objetivos e avaliação da conservação da biodiversidade aplicáveis a grandes áreas em gestão conjunta, incluindo Planos de Ação de espécies	PTCON0049 (+++)
	- Integrar a gestão cinagética e silvopastoril na gestão de habitats e espécies a conservar no âmbito dos sítios PTCON0012; PTCON0037; PTCON0049; PTCON0057	+++
	- Fomentar a gestão conjunta	*
Gestão Conjunta	- Selecionar espécies e sistemas que permitam rendimento suficiente para uma gestão conjunta eficaz	++
	- Integrar as metas de gestão de combustível nos PGF	+++
	- Integrar as metas de conservação do solo e da água nos PGF	+++
	- Integrar as metas de conservação da natureza nos PGF	+++
	- Integrar a gestão da caça e a silvopastorícia no âmbito dos objetivos e medidas aplicáveis às áreas em gestão conjunta	+++
	- Promover áreas de utilização turística com gestão conjunta	+++

	Objetivos Específicos	Importância Relativa
Sistemas Conjuntos com Ordenamento Cinegético	- Aumentar a produtividade cinegética	*
	- Integrar a exploração silvopastoril de pequenos ruminantes como um modo de gestão de combustível aplicável aos sistemas de produção florestal	+++
	- Recuperar e valorizar a dimensão turística da caça	+++
Apicultura, Plantas Aromáticas e Medicinais	- Promover o aumento da micorrização orientada para a produção de cogumelos	++
	- Promover a apicultura nas áreas agrupadas	+++
	- Promover a produção de plantas aromáticas e medicinais em áreas agrupadas	++
Utilização Turística	- Valorizar os espaços florestais através da sua utilização turística	+++
	- Valorizar a utilização turística através do conjunto de produtos tradicionais produzidos nos espaços florestais	+++

Fonte: EIA do Projeto Hotel Vale do Tempo (Projeto de Execução), agosto 2022.

Nota:

* Transversal a todas as SRH

Importância relativa: Elevada +++; Média ++; Reduzida +

Como foi analisado no EIA (**Capítulo 7.14.2. – Conformidade com os IGT**) conclui-se que o projeto concretiza os seguintes objetivos específicos propostos para Sub-região homogénea “Barrocal” (Anexo III, da Portaria n.º 53/2019, de 11 de fevereiro, na sua redação atual), em termos de utilização turística, com prioridade relativa elevada, designadamente: “Valorizar os espaços florestais através da sua utilização turística” e “Valorizar a utilização turística através do conjunto de produtos tradicionais produzidos nos espaços florestais”.

“Áreas Classificadas”:

Relativamente as áreas classificadas, de acordo com o EIA (**Capítulo 7.14.2. – Conformidade com os IGT**), apesar do Projeto se inserir totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Barrocal (PTCON0049) da Rede Natura 2000 (área sensível), as ações do projeto não incidem diretamente em nenhum dos valores protegidos pelos Anexo I, II e IV da Diretiva Habitats, conforme é descrito no Subcapítulo 7.8 (Sistemas Ecológicos), sendo que a respetiva avaliação de impacte e proposta de medidas de minimização gerais e específicas para este descritor, se apresentam no **Subcapítulo 7.8 e Capítulo 8 do EIA**, respetivamente.

“Espaços Florestais Sensíveis”:

As intervenções nas áreas sensíveis devem respeitar as normas de silvicultura, constantes no Capítulo E que integra o relatório do PROF Algarve.

Por outro lado, de acordo com a recente alteração ao Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2022, de 19 de julho (artigo 42.º e artigo 3.º), até à adaptação referida no n.º 3 do artigo 42.º, mantêm-se em vigor até 31 de março de 2023, as cartas de perigosidade constantes dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Assim, prevalece a cartografia de perigosidade de incêndio florestal apresentada no PMDFCI Albufeira 2020-2029, aprovado através do

Regulamento n.º 298/2021, de 26 de março e retificado pela Declaração de Retificação n.º 710/2021, de 18 de outubro.

Neste âmbito, verifica-se que as áreas sensíveis identificadas pelo PROF Algarve, na área do Projeto dizem respeito a áreas classificadas com perigosidade de incêndio florestal “alta”, conforme a figura seguinte, possuindo como normas de silvicultura específicas:

- 1) Promover a diversificação da floresta através de uma correta gestão da sucessão ecológica, da utilização de espécies mais resistentes à propagação do fogo, e da criação de uma paisagem em mosaico onde se intercalam as diferentes vocações dos espaços, na ótica de um uso multifuncional, associados à manutenção de áreas agrícolas, pastagens e galerias ribeirinhas;
- 2) Garantir a descontinuidade horizontal e vertical dos combustíveis florestais através da gestão de combustíveis, desramações e desbastes, bem como a alternância de parcelas com inflamabilidade e combustibilidade distintas;
- 3) Dotar estas áreas de infraestruturas florestais, nomeadamente rede viária, rede divisional e pontos de água, em acordo com a DFCI;
- 4) Nos espaços florestais, incrementar a vigilância e garantir a manutenção da sinalética com avisos de perigo de incêndio.

Também deverão ser consideradas as normas incluídas no ponto “Infraestruturas florestais prevenção de incêndios e recuperação de áreas ardidas”.

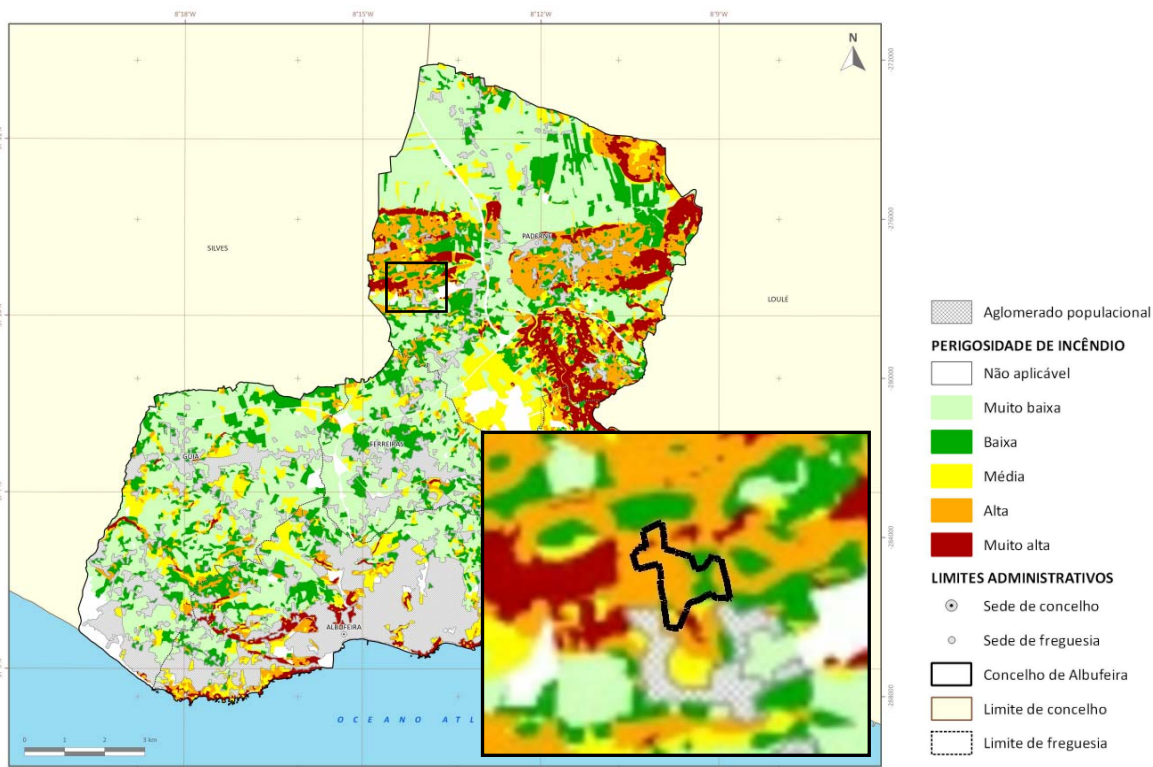


Figura 15 – Enquadramento da perigosidade de incêndio florestal do concelho de Albufeira, com a localização da área de estudo do Projeto.

Refere-se ainda que, em termos de conformidade com os IGT, analisado no **Capítulo 7.14.2. – Conformidade com os IGT do EIA**, o presente Projeto alvo de AIA, já possui uma Licença aprovada pela Câmara Municipal de Albufeira, referente ao Projeto de Alteração de hotel rural de 5 estrelas, condicionado nos termos da informação técnica de 31/05/2021, através da Deliberação da Reunião de Câmara, de 1 de junho de 2021 (Processo N.º 1T/2021), referente a uma área total de construção de 3.998,25 m² e 49 camas (**Anexo 1, do Volume III – Anexos do EIA**), cingindo-se a presente alteração apenas, ao aumento do número de camas (de 49 para 73 camas). A conformidade do Projeto, em termos dos condicionamentos apresentados na Deliberação da Reunião de Câmara, de 1 de junho de 2021, nomeadamente pela CMDFCI, foi comprovada de acordo com o seguinte quadro. Mais se acrescenta, como é disponibilizado no respetivo Anexo 6 do EIA, que a cartografia de perigosidade de incêndio florestal, que serviu de base para garantir a conformidade do Projeto, foi o PMDFCI Albufeira 2014-2019, em vigor na altura, que classificava a área do Projeto, como essencialmente perigosidade de incêndio florestal “baixa” e reduzidas áreas classificadas como “média”.

Quadro 2 – Resumo dos Pareceres da Entidade Externa – CMDF e ICNF, da Deliberação da Reunião de Câmara, de 1 de junho de 2021.

Pareceres da Entidades Externas em razão da localização (Ponto 5 da Deliberação da Reunião de Câmara, de 1 de junho de 2021)	Projeto Hotel Vale do Tempo (nova alteração do Projeto aprovado)
<ul style="list-style-type: none"> Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) – Emitido parecer favorável, sendo, no entanto, de salientar os votos contra das entidades que tutelam a matéria em apreço com especial incidência para a ANEPC, BVA, ICNF, CCDR-Algarve, DRAP-Algarve e REN, as quais referem não estar demonstrado o condicionalismo de garantir, na sua implantação no terreno, a distância à extrema da propriedade da faixa de proteção exigida na alínea a do n.º 4, do art.º 16.º do DL 124/2006, na redação em vigor. 	<p style="text-align: center;">Cumpre (Reforçado de acordo com informação apresentada pelo proponente no Anexo 6, do Vol. III, do presente EIA - versão agosto 2022)</p>
<ul style="list-style-type: none"> ICNF – Emitido parecer favorável condicionado, à adoção de um conjunto de medidas mitigadoras de eventuais impactes sobre o Sítio, nomeadamente: uma adequada localização do estaleiro de obras, a recolha dos entulhos decorrentes das demolições, ou outras que deverão constar do Plano de Gestão Ambiental da empreitada a submeter ao ICNF, utilização de espécies autóctones do coberto vegetal, arbóreo e arbustivo. Recomenda igualmente que seja dado conhecimento CCDR-Algarve (Autoridade de AIA), para eventual avaliação e ponderação por parte daquela Entidade, da sujeição da pretensão a estudo de impacte ambiental considerando que a mesma se localiza em áreas sensíveis, nos termos do definido no respetivo regime jurídico e que é proposta uma capacidade de alojamento turístico muito próximo (49 camas) do limiar mínimo considerado naquele regime jurídico (50 camas), definindo o referido regime jurídico que compete à AAIA ponderar as pretensões caso a caso. 	<p style="text-align: center;">Cumpre (Apresentado na pág. 14 do Doc. “Anexo 4 Preenchido”, localizado no Anexo 2, do Vol. III, do presente EIA – versão agosto 2022, relativo à localização do Estaleiro; As medidas mitigadoras são contempladas no EIA – versão agosto 2022)</p> <p style="text-align: center;">Cumpre (Ver informação apresentada no Anexo 2, do Vol. III, do presente EIA – versão agosto 2022)</p>

Fonte: EIA do Projeto Hotel Vale do Tempo (Projeto de Execução), agosto 2022.

Ressalva-se ainda que o Projeto, tal como referido no **Capítulo 4 – Descrição do Projeto do EIA (Subcapítulo 4.4.5)**, o Empreendimento TER previsto contempla também as seguintes medidas de proteção contra o risco de incêndio, nomeadamente:

- Disponibilidade de água para os meios de socorro - Fornecimento de água para abastecimento dos veículos de socorro será assegurado por hidrantes, sendo a rede exterior constituída por 7 marcos de incêndio.
- Conceção da rede de incêndios e localização das bocas-de-incêndios - A Rede interior de Incêndio Armada (RIA) será constituída pelas bocas-de-incêndio tipo carretel.

Conjuntamente com o presente documento são enviados os ficheiros em formato shape

9. – *Aprofundamento da análise dos impactes cumulativos, devendo a mesma incluir a identificação de outros projetos, existentes ou previstos, suscetíveis de induzir efeitos cumulativos e uma análise detalhada desses efeitos na flora, fauna e habitats de interesse conservacionista.*

Refira-se que a identificação e avaliação dos impactes, incluindo os cumulativos, deve incidir com particular destaque nos valores que presidiram à classificação da ZEC, de forma a permitir concluir da afetação da sua integridade, no que se refere à sua função, estrutura e objetivos de conservação.

Em conformidade com novos elementos de caracterização da situação de referência devem ser, caso aplicável, identificados e avaliados os impactes ambientais das diferentes componentes do projeto, e do seu conjunto na biodiversidade, sendo propostas medidas concretas para a sua minimização e compensação.

Consideram-se impactes cumulativos não todos os impactes, mas apenas aqueles que resultam da interação com os impactes introduzidos por outros projetos. Nunes (2010), numa extensa revisão sobre este assunto, define do seguinte modo (transcrevemos):

“O conceito de Impacte Cumulativo (IC) foi introduzido juntamente com o primeiro sistema de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), pelo National Environmental Policy Act (NEPA) em 1970, nos Estados Unidos da América (EUA), que na secção 1508.7 define impactes cumulativos como: – *Impactes no ambiente que resultam dos impactes **incrementais** da acção quando somados aos de outras acções, passadas, presentes ou razoavelmente previsíveis (...). Impactes cumulativos podem resultar de acções individualmente menores mas **colectivamente significativas** decorrendo num período de tempo*” (...)

“Este foi apenas o ponto de partida, sendo que ao longo dos anos esta tipologia de impacte foi evoluindo em conceito, surgindo novas e melhoradas definições como a de Canter, L. (1999) que acrescenta à dimensão temporal, a dimensão espacial e evidencia os vários tipos de impacte cumulativo que podem ocorrer: – *Impactes cumulativos são impactes de natureza **aditiva, iterativa, sinérgica ou irregular (imprevisível)**, gerados por acções **individualmente insignificantes, mas colectivamente significativas** que se acumulam no espaço e tempo* (Canter L. , 1999).

Em resumo, um impacte cumulativo não é todo e qualquer impacte do projeto, mas apenas os impactes, que interagindo com outros, de outros projetos, geram impactes totais de maior magnitude, “colectivamente significativos”.

A Comissão de Avaliação solicita que seja aprofundada a análise de impactes cumulativos, “com particular destaque nos valores que presidiram à classificação da ZEC” e na “flora, fauna e habitats de interesse conservacionista”. Neste contexto, apresenta-se esta análise em três pontos:

1. Impactes cumulativos nos valores que presidiram à classificação da ZEC

A ZEC do Barrocal foi criada para proteger um conjunto de habitats classificados no anexo I da Directiva Habitats e um conjunto de espécies de fauna e de flora, que constam da Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/00 de 5 de Julho. Da lista de habitats e espécies deste diploma, existem na área de estudo:

- *Thymus lotocephalus* (Tomilho-do-Algarve);
- Habitat 5330 - matos termomediterrânicos prédesérticos.

No entanto, nenhum destes valores, nem a espécie, nem o habitat existentes, serão afectados pelo projeto, porque existem dentro da propriedade do futuro Hotel, mas fora, e em local afastado, da área sujeita a obras. Por este motivo, não se prevêem impactes sobre estes valores.

Não existindo impactes gerados pelo projeto nos valores que presidiram à classificação da ZEC, não existirão, também, impactes cumulativos, com outros projetos, nestes valores.

2. Impactes na flora, fauna e habitats de interesse conservacionista

O pedido de elementos adicionais define “flora, fauna e habitats de interesse conservacionista”. Porém, é usual entender esta expressão como referindo-se aos habitats protegidos, e espécies de fauna e flora, protegidas, ameaçadas ou endémicas. Esta resposta foi elaborada neste pressuposto.

Como foi referido no ponto anterior, a implementação do projeto não afetará habitats, nem espécies de fauna e flora protegidas. Não afetará também, a única espécie com estatuto de conservação desfavorável (Quase ameaçada), como foi referido, porque o projeto decorrerá a uma distância suficientemente ampla para evitar essa afetação.

No que respeita às espécies endémicas, não se prevê a afetação de *Lavandula luisieri* (Rosmaninho), pelo mesmo motivo. Caso ocorresse a afetação de algum exemplar do réptil *Blanus cinereus* (Cobra-cega), seria em fase de obra, por exemplo, por atropelamento ou escavação, na reduzidíssima área onde esta ação decorrerá. Porém, é muito provável que os animais fujam ao sentir a perturbação. Assim, mesmo neste caso, a afetação não é provável e, caso ocorresse, não seria significativa.

Acresce que o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal e o Atlas dos Anfíbios e Répteis terrestres de Portugal continental indicam que esta espécie não está ameaçada, que continua a ser comum, mesmo considerando todas as ações de construção no território nacional, isto é: mesmo considerando todos os impactes cumulativos, ou com potencial para serem considerados cumulativos, que decorreram no centro e no sul de Portugal.

Neste contexto, considerando a reduzidíssima área a improbabilidade da ocorrência de impactes decorrentes do projeto, nesta espécie, não gerarão quaisquer impactes cumulativos, mesmo considerando a totalidade das intervenções humanas no território nacional, das últimas décadas.

3. Impactes em outras espécies de fauna e flora

Nas restantes espécies de fauna e flora, o Relatório de Síntese, indica que a ocorrência dos impactes normalmente associados à pressão, humana, designadamente, perturbação directa, aumento da probabilidade de atropelamento e mobilização dos terrenos.

A fauna e a flora existentes no local, é constituída na sua generalidade por espécies associadas à presença humana. Estas espécies são muito comuns em Portugal e no Barrocal algarvio, e esta abundância decorre de todos impactes acumulados de todos os projetos e tipos de ocupação do solo em território nacional.

Com a implementação do projeto, as poucas alterações que poderão decorrer consistem no favorecimento das espécies que se adaptam melhor à presença humana, embora, estas já sejam dominantes no local. Assim, admite-se que este efeito possa acrescer a tendência determinada pela ocupação humana do território. No entanto, não se pode garantir (nem excluir) que este efeito seja sinérgico, isto é, que se trate de um impacte cumulativo

3. Património

1 – Apresentação do Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos de prospeção devidamente assinado pelo arqueólogo responsável e em conformidade com o disposto no Regulamento de Trabalhos Arqueológicos incluído no Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro;

Em anexo (Anexo 4) é apresentado o relatório final dos trabalhos, assim como o documento de submissão.

2 – Esclarecimento relativamente ao facto de não ser referido, nem localizado o sítio arqueológico de “Vale de Pegas” [CNS 7259], inventariado na Base de Dados da DGPC;

O referido sítio arqueológico de “Vale de Pegas” [CNS 7259] não foi referido porque fica a mais de 200 m da propriedade. Reforçamos que a propriedade é vedada e limitada, e as intervenções a realizar só irão ocorrer dentro dos limites da propriedade.

3 Caracterização pormenorizada, com registo, das edificações preexistentes, que se prevê que sejam demolidas;

Em anexo é apresentado o relatório com a caracterização das preexistências (Anexo 5).

4 Esclarecimento relativamente ao facto dos trabalhos arqueológicos terem sido realizados sem submissão de PATA à tutela.

Foi lapso, a data corrigida está no relatório submetido a tutela em junho de 2022 (Anexo 6).

5. Ser integrado no EIA, como Medida de Minimização e Compensação de Impactes na área do Património Cultural, a obrigação de existir Acompanhamento Arqueológico, sistemático e permanente sempre que existirem desmatações, limpeza e decapagem dos solos, movimentações de terras de qualquer natureza, todas as ações que impliquem escavação do subsolo, inclusive abertura de valas para colocação de infraestruturas e ligações à rede pública.

No (Anexo 7) são apresentadas as Medidas de Minimização com a integração das recomendações referidas acima.

4. SOCIO-ECONOMIA

Questiona-se se foi elaborado algum projeto de exploração/gestão agrícola com as valências ambientais, sociais, económicas e culturais, que se querem implementar/ desenvolver na propriedade, para que se concretize um dos principais objetivos diferenciadores deste Hotel, de atrair para o “Concelho de Albufeira, um turista que procura autenticidade, cultura e património, conhecimento da etnografia e tradições locais, ligação à natureza”.

Não foi elaborado nenhum projeto de exploração/gestão agrícola. As práticas agrícolas e o tipo de gestão irá manter-se rigorosamente inalterados, no âmbito do uso turístico do local.

O promotor e o projetista entendem que a preservação da autenticidade do local depende, precisamente, da não alteração das práticas agrícolas, em função da atividade turística. Uma eventual alteração subordinada à atividade turística constituiria uma inautenticidade do produto que se pretende promover.

5. Saúde Humana

No que respeita aos fatores suscetíveis e aos aspetos concorrentes do impacte do Projeto na Saúde Humana, a conformidade do EIA fica sujeita à regularização das recomendações relativa aos pontos 7.13 do Volume 1 - Relatório Síntese a seguir discriminadas:

No que respeita à identificação de potenciais impactes na Saúde Humana associados ao Projeto, são identificados e avaliados os efeitos ambientais esperados, que direta ou indiretamente, influenciam a Saúde Humana, no entanto esta análise não deverá restringir-se apenas aos aspetos ambientais clássicos, nomeadamente qualidade do ar, ruído e água.

Mesmo considerando as limitações na quantificação objetiva e classificação da magnitude de muitos dos aspetos subjacentes à área da Saúde Humana, aliadas ao facto de não existir uma orientação reconhecida para avaliar o significado dos efeitos na Saúde, consideramos que a metodologia e a estrutura de apresentação da avaliação/classificação qualitativa dos impactes a aplicar neste capítulo, deverá ser melhorada.

Para as duas fases do projeto, deverão ser ainda considerados os impactes identificados no descritor da socioeconomia, também suscetíveis para a Saúde, mesmo que se venham a considerar negligenciáveis ou pouco significativos. Por exemplo, as atividades construtivas e o consequente aumento do tráfego na rede viária com potencial perturbação nas acessibilidades, bem como os aspetos positivos identificados, relacionados com a dinamização da economia local (em particular dada a tipologia do empreendimento que aposta num turismo diferenciador que contraria a sazonalidade deste setor) e geração de postos de trabalho, deverão ser mencionados para a análise deste capítulo. Nesse pressuposto, o Quadro 103 "Classificação e síntese de impactes na Saúde humana" deverá ser reformulado no sentido de incluir as questões da socioeconomia atrás referidas.

Aspetos gerais

A questão colocada pela Comissão de Avaliação parece incidir sobre o aprofundamento da ligação entre os impactes identificados no descritor de sócio economia e as suas consequências na saúde humana.

A principal consequência do projeto, do ponto de vista socioeconómico, são as mais valias económicas que gera. Este fato é, aliás, comum à generalidade dos projetos, uma vez que são, usualmente, as mais-valias económicas que justificam a realização dos projetos.

Para a sociedade, estas mais valias económicas traduzem-se em dois aspetos:

- 1) na criação de postos de trabalho, reduzindo o desemprego, que, no caso, apresenta especial relevo, uma vez que não tem o carácter sazonal, ao contrário de grande parte significativa das ofertas de emprego em turismo disponíveis no Algarve;
- 2) no desenvolvimento económico associado.

De facto, a criação de emprego e o desenvolvimento económico terão impactes positivos na saúde. Note-se que na bibliografia científica, é consensual que "*a saúde é influenciada por fatores sociais, económicos e ambientais*" (Schwan, 2021, tradução nossa, entre outros autores).

À escala das sociedades, e à escala nacional, o desenvolvimento económico tem um impacto positivo nos sistemas nacionais de saúde, permitindo disponibilizar mais recursos económicos e, deste modo, melhorar os cuidados de saúde prestados à população. Este facto, para além de intuitivo, está também suportado na bibliografia científica (Liu & Griffiths, 2011; Spiteri, von Brockdorff, 2019, entre outros).

Este conjunto de reflexões mostra que os impactes socioeconómicos positivos, descritos com detalhe no descritor de sócio economia, geram também impactes positivos na saúde humana, podendo ser separados em quatro níveis:

- Numa primeira linha, ao nível da saúde mental, devido à diminuição das situações de desemprego, e de forma mais indireta pela melhoria geral das condições de saúde;
- Ao nível dos indivíduos que beneficiarão do desenvolvimento económico gerado pelo projeto, permitindo um melhor acesso a cuidados de saúde;
- Contribuindo para melhorar os rendimentos da população onde o projeto se insere, com impactes positivos indiretos na saúde dos habitantes;
- Ao nível da disponibilização de melhores cuidados de saúde pelo Serviço Nacional de Saúde, na

medida, embora muito pouco significativa, ou quase nula, em que a implementação do projeto contribuirá para a melhoria da economia nacional. Este efeito, considerando a reduzida dimensão do projeto, à escala nacional, apenas é citado para completar a análise aqui efetuada.

Influência do desemprego na saúde mental

A influência fortemente negativa de situações de desemprego na saúde mental está amplamente documentada na bibliografia científica, para além de ser intuitiva (e.g.: Owen K & Watson, 1995; Bartelink et al, 2020; Allen et al, 2014) entre outros).

Em Portugal, de acordo com um extenso relatório elaborado pela Ordem dos Psicólogos (Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2020), a perda de recursos económicos está associada a níveis mais elevados de stresse e ansiedade, os quais podem persistir mesmo após os indicadores económicos terem regressado aos níveis pré-crise e, portanto, podem ter efeitos prejudiciais a médio e longo-prazo. Este relatório reconhece também que o desemprego causa um declínio da Saúde Psicológica/Mental como resultado do esforço financeiro e da ausência dos benefícios não-financeiros que lhe estão associados.

O mesmo relatório indica ainda que o acesso aos cuidados de Saúde Mental são direta e negativamente afetados pelo desemprego e pela privação material (Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2020). Uma indicação ligeiramente diferente, é dada pelo Estudo Epidemiológico Nacional de Saúde Mental (1º Relatório, Almeida & Xavier, 2013), segundo o qual o acesso a melhores cuidados de saúde (em doenças do foro psiquiátrico) não tem uma relação significativa com os níveis de rendimento, variáveis que não mostram uma associação significativa. Estes dois resultados só aparentemente são contraditórios, uma vez que a Ordem dos Psicólogos incide sobre situações de privação severa, e o estudo de Almeida & Xavier incide sobre o conjunto de todos os estratos sociais e de rendimento.

Vários outros estudos académicos realizados em Portugal comprovam a relação entre o desemprego e valores mais elevados de ansiedade, depressão e psicoticismo, comparativamente aos empregados (e.g.: Campos, 2009; Ferreira, 2011).

Em resumo, a criação de emprego resultante do projeto terá um impacte positivo significativo na saúde, quer em fase de construção, quando serão criados cerca de 20 postos de trabalho, quer em fase de exploração onde se prevê empregar 33 pessoas.

Os efeitos da criação de emprego serão ainda certos e irreversíveis durante a fase de exploração, mudando ligeiramente entre as fases de construção e funcionamento.

Caso particular do Algarve

Os aspetos de saúde mental, apresentam especial relevo na avaliação de impactes deste projeto, uma vez que a sua ligação ao desemprego é particularmente evidente, como foi explicado. Acresce que a Comissão Técnica de Acompanhamento da Reforma da Saúde Mental, 2017, destaca que o Algarve é a região do país “*com a mais deficiente resposta nesta área*”(da saúde mental), embora assinala também o expressivo crescimento percentual de atendimento, por exemplo, a crianças e adolescentes. Esta situação é preocupante, tanto mais que, nos anos de 2010, 2012 e 2014, a taxa de mortalidade por

lesões autoprovocadas (Suicídio), no Algarve foi a segunda de Portugal, apenas atrás da região alentejana (Programa Nacional para a Saúde Mental, 2014, 2015 e 2016).

Por outro lado, o Relatório do Programa Nacional para a Saúde Mental de 2017, mostra que, entre 2011 e 2016, a proporção de utentes do SNS registados de perturbações depressivas, demência e perturbações da ansiedade, foi menor no Algarve, do que em todas as outras regiões de Saúde e menor que a média do Continente. Nesse período, todas as outras regiões do Continente tiveram um crescimento significativo deste parâmetro, mas o Algarve teve o crescimento percentual mais intenso de todo o continente português. Este estudo não esclarece se este acréscimo se deveu, primariamente, a um aumento de casos ou apenas a um aumento do número de registos. Porém, sendo o Algarve a região do país “*com a mais deficiente resposta nesta área*”, como este relatório afirma, parece provável que o acréscimos de utentes com perturbações depressivas resulte mais de um aumento da resposta dos serviços de saúde, do que de um acréscimo de casos.

Também o número de consultas de psiquiatria de adultos cresceu entre 2005 e 2016, tendo o Algarve a menor taxa de incremento (33%)(Comissão Técnica de Acompanhamento da Reforma da Saúde Mental, 2017). O Algarve detinha também, nesse período, a segunda menor taxa de internamento psiquiátrico, em situações agudas. O número de consultas por 1000 habitantes foi muito superior nas regiões Norte, Centro e LVT, do que no Alentejo e no Algarve. Esta última região apresentou uma média de consultas por mil habitantes de 29/1000, o que representava somente 40% da média nacional. Este conjunto de dados confirma uma menor capacidade de resposta dos serviços de saúde no Algarve, no que respeita à saúde mental.

No quadro seguinte, mostra-se a resposta dos serviços de saúde às doenças do foro psiquiátrico, no país, incluindo o Algarve.

Quadro 3 - Resposta dos serviços de saúde às doenças do foro psiquiátrico, no país, incluindo o Algarve. Extraído de Comissão técnica de acompanhamento da reforma da saúde mental, 2017.

2016	Consultas	Total 1 ^{as} Consultas	Interna-mentos	dtes saídos-agudos	Sessões H e A Dia	Doentes H e A Dia	Visitas Domiciliá-rias
	por 1000 habitantes						
TOTAL REGIÃO SAÚDE NORTE	79	13	2	2	31	2	2
TOTAL REGIÃO SAÚDE CENTRO	70	10	2	2	16	1	4
TOTAL REGIÃO SAÚDE LVTejo	75	9	2	2	27	1	2
TOTAL REGIÃO SAÚDE ALENTEJO	53	10	1	1	8	0	0
TOTAL REGIÃO SAÚDE ALGARVE	29	3	2	2	19	2	6
TOTAL	72	10	2	2	25	1	2

Acesso a cuidados de saúde

A bibliografia da especialidade produzida em países estrangeiros indica que a condição social e, portanto, a disponibilidade de rendimento de cada família ou indivíduo, é determinante no acesso aos cuidados de saúde, sendo usual encontrar indicadores de que pessoas de condições social mais elevada têm acesso

a melhores cuidados de saúde (e.g.: Adler et al, 2016, entre muitos outros). Ressalve-se que, em alguns casos descritos na bibliografia, não foi possível demonstrar a relação entre o nível económico e o acesso aos melhores cuidados de saúde (e.g.: Deck & Hofreuter-Gätgens, 2016).

Em Portugal, parece ocorrer, parcialmente, uma exceção deste tipo, uma vez que a decisão de procurar auxílio no sistema de saúde, ao contrário da possibilidade de ocorrer um evento de doença, não apresenta qualquer relação sistemática com o estatuto socioeconómico ou com o nível de escolaridade (Pita Barros, 2021). Porém, Antunes et al. (2020) confirmam que o padrão já descrito pela bibliografia internacional, ocorre também em Portugal e o risco de necessidades de cuidados de saúde não serem satisfeitas diminui para rendimentos mais altos, sendo o rendimento um importante preditor das necessidades não satisfeitas. Neste âmbito, estes autores salientam a saúde oral.

Neste contexto, ao melhorar a condição económica geral, quer através da criação de emprego (postos de trabalho), quer através do incentivo no tecido económico, serão gerados impactes positivos, indiretos, significativos, na saúde, certos e irreversíveis durante o período de funcionamento do projeto, iniciando-se na fase de construção.

Melhoria da condição económica da população

Pita Barros (2021) indica também que a probabilidade de alguém apresentar um episódio de doença aumenta nos escalões socioeconómicos mais baixos, o que indica que o rendimento individual e das famílias está inversamente relacionado com a probabilidade de ocorrência de doença (ver figura seguinte).

Assim, em termos gerais, a melhoria da condição económica gerada pelo projeto contribuirá também para diminuir a probabilidade de ocorrência de doenças, gerando impactes positivos, indiretos, irreversíveis durante o funcionamento do projeto e pouco significativos.

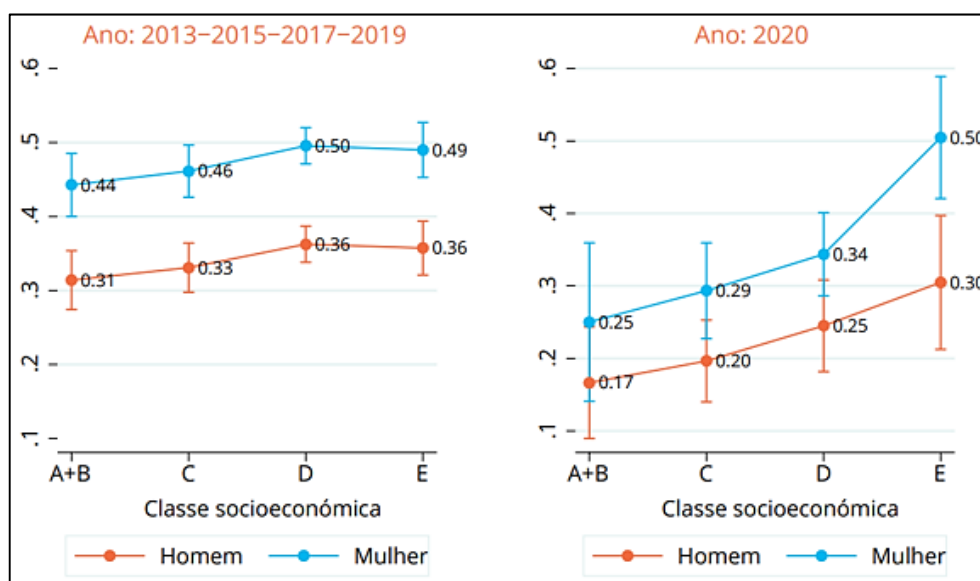


Figura 16 – Probabilidade de ocorrência de episódios de doença, de acordo com Pita Barros (2021).

Impactes decorrentes das alterações dos parâmetros ambientais

Alguns parâmetros ambientais têm impactes diretos na saúde humana. Neste caso, estão o Ambiente Sonoro, a Qualidade do Ar, a Qualidade dos Recursos Hídricos e também alguns parâmetros socioeconómicos, salientando-se o aumento da circulação automóvel. As normas de proteção ambiental relativas a estes descritores, isto é: a legislação produzida, na União Europeia e em Portugal, têm como um dos critérios mais importantes a proteção da saúde humana. Por este motivo, a ausência de impactes significativos nestes descritores implica também a ausência de impactes significativos na saúde humana. No entanto, independentemente desta abordagem, pode salientar-se o seguinte:

- **Ambiente Sonoro** – Os impactes mais significativos decorrerão na fase de construção e incidirão sobre os trabalhadores envolvidos na construção. As normas de proteção ambiental e de proteção da saúde dos trabalhadores, relativas ao controlo do ruído, servem para garantir a proteção dos trabalhadores, assim como de outros recetores do ruído. Por este motivo, se cumpridas, como se prevê, serão gerados impactes negativos, mas de magnitude e significância muito baixa ou mesmo nula, e restritos à fase de construção;
- **Qualidade do Ar** – Os impactes mais significativos decorrerão também na fase de construção e decorrem emissão de poeiras. Este impacto será pouco significativo, tanto mais que as obras em causa são obras de reconstrução, e será minimizado através da implementação de medidas de minimização próprias. É, por isso, muito pouco relevante do ponto de vista da saúde humana, embora seja negativo, possível, mas não provável, e restrito à fase de construção. Os efeitos da circulação automóvel na qualidade do ar são discutidos no último parágrafo;
- **Qualidade dos Recursos Hídricos** – Em alguns projetos, e em algumas intervenções no território, podem ocorrer impactes negativos significativos na qualidade da água. No entanto, no caso em estudo, este efeito não se prevê, porque os efluentes domésticos serão recebidos pela rede pública e convenientemente tratados, pelo que os impactes serão nulos;
- **Circulação automóvel** – Como em todos os projetos que implicam um estímulo económico, a implementação do Hotel determinará um aumento da circulação automóvel na rede viária circundante. No Relatório de Síntese, neste descritor, salienta-se que o aumento do tráfego de veículos pesados nessas vias, principalmente nas horas de ponta, constitui um impacto negativo, já que causa perturbação nas condições de circulação normais, e potencia uma situação de menor segurança rodoviária. Classificou-se este impacto como certo, temporário, mas globalmente pouco significativo, já que, dada a natureza das obras a realizar, não se prevê que o fluxo de veículos pesados assuma grande relevância. Por outro lado, as estradas e os caminhos municipais, em redor da área de estudo apresentam um fluxo de tráfego reduzido. O acréscimo de circulação em fase de funcionamento decorrerá sobretudo com veículos ligeiros, igualmente por vias pouco movimentadas, o que melhora as condições de segurança.

Neste contexto, avalia-se os impactes sobre a saúde humana como negativos, possíveis, irreversíveis, ainda que se alterem entre a fase de construção e funcionamento, mas globalmente muito pouco significativos ou praticamente nulos.

Por último, face às considerações anteriores, sintetizam-se os impactes na saúde humana, por fase do

projeto:

Fase de construção:

- Diminuição das situações desemprego, com impactes ao nível da saúde mental, gerando impactes positivos, significativos no contexto local, irrevisíveis (embora se alterem entre a fase de construção e funcionamento) e certos;
- Desenvolvimento económico gerado pelo projeto, permitindo um melhor acesso a cuidados de saúde, gerando impactes positivos, significativos no contexto local, indiretos, irrevisíveis (embora se alterem entre a fase de construção e funcionamento) e certos;
- Contribuindo para melhorar a condição económica das populações onde o projeto se insere, contribuindo também para melhorar os rendimentos, e diminuindo a ocorrência de situações de doença, gerando impactes positivos, pouco significativos, mesmo no contexto local, indiretos, irrevisíveis (embora se alterem entre a fase de construção e funcionamento) e prováveis;
- Ao nível da disponibilização de melhores cuidados de saúde pelo Serviço Nacional de Saúde, devido ao desenvolvimento económico associado, gerando impactes positivos, mas quase nulos.
- Ambiente sonoro, se cumpridas as normas legais, como se prevê, serão gerados impactes negativos, de significância muito baixa ou mesmo nula, e restritos à fase de construção;
- Qualidade do Ar, praticamente restritos à fase de construção devido a emissão de poeiras, negativos, muito pouco significativos e possíveis. Os efeitos da circulação automóvel na qualidade do ar são discutidos no último parágrafo;
- Qualidade dos Recursos Hídricos, gerando impactes nulos, no caso em estudo;
- Circulação automóvel gerando impactes, certos, temporários, poucos significativos, resultantes do fluxo de veículos pesados, muito pouco significativos ou nulos;

Na fase de funcionamento

- Diminuição das situações desemprego, com impactes ao nível da saúde mental, gerando impactes positivos, significativos, irrevisíveis e certos;
- Desenvolvimento económico, permitindo um melhor acesso a cuidados de saúde, com impactes positivos, significativos no contexto local, indiretos, irrevisíveis e certos;
- Melhoria a condição económica da zona, diminuindo a ocorrência de situações de doença, gerando impactes positivos, pouco significativos, indiretos, irrevisíveis e certos;
- Ao nível da disponibilização de melhores cuidados de saúde pelo Serviço Nacional de Saúde, gerando impactes muito pouco significativos.
- Ambiente sonoro, Qualidade do Ar e Qualidade dos Recursos Hídricos, gerando impactes praticamente nulos, ao nível da saúde

- Circulação automóvel gerando impactes quase nulos em fase de funcionamento.

Tal como é requerido no pedido de elementos adicionais, no quadro seguinte, apresenta-se a reformulação do quadro 103 do Relatório de Síntese do EIA.

Reformulação do quadro 103, Classificação e síntese de impactes na Saúde humana.

Incidência/Ação geradora de Impacto	Início	Critérios de Classificação dos Impactes								Significância
		Natureza	Tipo de impacte	Duração	Desfasamento no tempo	Magnitude	Reversibilidade	Probabilidade de Ocorrência	Área de influência	
Uso de piscinas	E	-	D	P	Cp	MR	R	P	L	Muito pouco significativo
Criação de desemprego	C	+	I	P	Cp	E	I	C	L	Significativo
Acesso a cuidados de saúde	C	+	I	P	Mp	R	I	C	L	Significativo
Diminuição da ocorrência de doença (devido ao aumento de rendimentos)	C	+	I	P	Lp	MR	I	P	L	Pouco significativos
Melhoria do SNS	C	+	I	P	Lp	MR	I	I	N	Muito pouco significativo
Aumento da circulação automóvel	C	0	I	P	Cp	MR	I	I	L	Nulos
Gozo de férias	E	+	D	P	Cp	R	R	C	L	Pouco significativo

Início (Fase de Projeto): Construção (C); Exploração (E);

Natureza: Positivo (+); Negativo (-); Nulo (0)

Tipo de Impacte: Direto (D); Indireto (I)

Duração: Temporário (T); Permanente (P)

Desfasamento no tempo: Imediatos (I); Curto Prazo (Cp); Médio Prazo (Mp); Longo Prazo (Lp)

Magnitude: Muito Reduzida (MR); Reduzida (R); Moderada (M); Elevada (E); Muito Elevada (ME)

Reversibilidade: Reversível (R); Irreversível (I)

Probabilidade de Ocorrência: Improvável (I); Pouco Provável (pP); Provável (P); Certo (C)

Área de influência: Local (L); Regional (R); Nacional (N); Transfronteiriços (T)

Significância: Nulos ou inexistentes; Muito pouco significativo; Pouco significativo; Significativo; Muito significativo

3. BIBLIOGRAFIA

Adler NE, Glymour MM, Fielding J. Addressing Social Determinants of Health and Health Inequalities. *JAMA*. 2016;316(16):1641–1642.

Allen J, Balfour R, Bell R, Marmot M. (2014) Social determinants of mental health. *Int Rev Psychiatry*. 26(4): 392-407.

Antunes M.; Ramos, L. M.; Lourenço O., Quintal C. (2020) Acesso aos cuidados de saúde em Portugal no rescaldo da crise. Nem tudo é dinheiro? *Cad. Saúde Pública* 2020; 36(2): e00248418.

Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR). Sinistralidade Rodoviária: Vítimas no local, 2018 Direcção Geral de Saúde. Portal da Estatística da Saúde.

Bartelink VHM, Zay Ya K, Gulbrandsson K, Bremberg S. (2020) Unemployment among young people and mental health: A systematic review. *Scand J Public Health*. 48(5):544-558.

Bloom J, Geurts SA, Kompier MA. Effects of short vacations, vacation activities and experiences on employee health and well-being. *Stress Health*. 2012 Oct;28(4):305-18. doi: 10.1002/smi.1434. Epub 2011 Dec 28. PMID: 22213478.

Campos, A. (2009) *Depressão e Optimismo: Uma visão do Desemprego, sob o prisma da Psicologia da Saúde*. Universidade do Algarve Faculdade de Ciências Sociais e humanas. Instituto Politécnico de Beja. Escola Superior de Educação de Beja. Mestrado em Psicologia da Saúde. Área de especialização de Psicologia da Saúde.

Comissão técnica de acompanhamento da reforma da saúde mental (2017) *Relatório da Avaliação do Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016 e propostas prioritárias para a extensão a 2020*. Serviço Nacional de Saúde.

Deck R, Hofreuter-Gätgens K. (2016) Soziale Ungleichheit in der medizinischen Rehabilitation [Social inequality in medical rehabilitation]. *Bundesgesundheitsblatt Gesundheitsforschung Gesundheitsschutz*. 59(2): 245-51. (Resumo em inglês).

EU-OSHA - European Agency for Safety and Health at Work. *Noise In Figures*. Office for Official Publications of the European Communities. 2005.

EU-OSHA - European Commission Working Group Assessment of Exposure to Noise (2006) *Position Paper. Final Draft. Good Practice Guide for Strategic. Noise Mapping and the Production of. Associated Data on Noise Exposure. Version 2*.

Ferreira S. (2011) *Indicadores de Saúde Mental e Qualidade de Vida em sujeitos empregados e*

desempregados. Estudo exploratório no concelho da Covilhã e Fundão. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre na especialidade Psicologia Clínica e da Saúde. Universidade da Beira Interior. Ciências Sociais e Humanas.

Instituto Nacional de Estatística. Estatísticas de Saúde 2018.

Liu S & Griffiths SM. (2011) From economic development to public health improvement: China faces equity challenges. *Public Health*. 125(10):669-74.

Ordem dos Psicólogos Portugueses (2020). Crise Económica, Pobreza e Desigualdades – Relatório sobre Impacto Socioeconómico e Saúde Mental em Portugal. Lisboa.

Owen K & Watson N. (1995) Unemployment and mental health. *J Psychiatr Ment Health Nurs.*;2(2):63-71.

Pita Barros (2021) Acesso a Cuidados de Saúde, 2020. As escolhas dos cidadãos. Fundação “la Caixa” de Economia da Saúde Nova School of Business & Economics, Universidade Nova de Lisboa.

Programa Nacional para a Saúde Mental (2014) Portugal Saúde Mental em números – 2013. Direção-Geral da Saúde. Direção de Serviços de Informação e Análise. Lisboa.

Programa Nacional para a Saúde Mental (2015) Portugal Saúde Mental em números – 2014. Direção-Geral da Saúde. Direção de Serviços de Informação e Análise. Lisboa.

Programa Nacional para a Saúde Mental (2016) Portugal Saúde Mental em números – 2015. Direção-Geral da Saúde. Direção de Serviços de Informação e Análise. Lisboa.

Programa Nacional para a Saúde Mental (2017). Programa Nacional para a Saúde Mental - 2017. Ministério da Saúde. Direção-Geral da Saúde. Portugal.

Schwan B. Responsibility amid the social determinants of health (2021) *Bioethics.*;35(1): 6-14

Site da APA – Agência Portuguesa do Ambiente – www.apambiente.pt

Site do Serviço Nacional de Saúde - <http://www.arsalgarve.min-saude.pt/cuidados-de-saude-primarios/aces-algarve-i-central/>

Spiteri J, von Brockdorff P. (2019) Economic development and health outcomes: Evidence from cardiovascular disease mortality in Europe. *Soc Sci Med*. 224: 37-44.

Thompson J.D., Lavergne S., Affre L., Gaudeul M. & Debussche M. 2005. Ecological differentiation of Mediterranean endemic plants. *Taxon* 54: 967–976.

PROJETO HOTEL VALE DO TEMPO

PROJETO DE EXECUÇÃO

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

ESCLARECIMENTOS E ELEMENTOS ADICIONAIS

ÍNDICE DE ANEXOS

- ANEXO 01 PEÇAS DESENHADAS
- DESENHO 19 A – PLANO GERAL
 - DESENHO 21 A – PLANO DE PAVIMENTOS
 - DESENHO 27 – PLANTA DA VEGETAÇÃO EXISTENTE
 - DESENHO 28 - PLANTA DA ESTRUTUA VERDE
 - DESENHO 29 – PLANO DE REGA
- ANEXO 02 ELEMENTOS DE LICENCIAMENTO DO FURO
- ANEXO 03 TABELAS COM ELENOS DA FAUNA E FLORA.
- ANEXO 04 RELATÓRIO FINAL DOS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS
- ANEXO 05 MEMÓRIA DESCRITIVA DAS PREXISTÊNCIAS
- ANEXO 06 E-MAIL DGPC
- ANEXO 07 MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO REVISTAS

ANEXO 01 PEÇAS DESENHADAS

DESENHO 19 A – PLANO GERAL

DESENHO 21 A – PLANO DE PAVIMENTOS

DESENHO 27 – PLANTA DA VEGETAÇÃO EXISTENTE

DESENHO 28 - PLANTA DA ESTRUTUA VERDE

DESENHO 29 – PLANO DE REGA



Planta de Implantação

LEGENDA | PLANO GERAL

- Limite de intervenção
- Muros existentes a manter
- Árvores existentes a manter

ZONAMENTO




- 01 Acesso ao empreendimento
- 02 Estacionamento
- 03 Acesso de utentes ao edifício
- 04 Zona exterior
- 05 Unidades de alojamento - Edifício A
- 06 Áreas comuns - SPA
- 07 Áreas comuns - Bar / piscina e deck
- 08 Unidades de alojamento exteriores B a G
- 09 Caminho de São Vicente - Público

PAVIMENTOS E REMATES

- Laje de calcário
- Gravilha estabilizada
- Grelha de enrelvamento
- Betuminoso
- Lancel de pedra calcária (10 cm)
- Lancel de pedra calcária (6 cm)
- Deck de madeira
- Sulipa de madeira

VEGETAÇÃO




- Árvore de folha caduca**
(*Prunus dulcis*)
- Árvore de folha persistente**
(*Quercus ilex*, *Olea europaea*) e Galeria ripícola
- Vegetação arbustiva**
- Vegetação sub-arbustiva e herbácea**
- Cobertura verde**
(mistura de herbáceas, gramíneas e sedum)


		OUTRAS PAISAGENS, Projectos de Arquitectura Paisagista, Lda. Rua Dr. António Martins, nº 39 - R/C. 1070-092 Lisboa. Tel: 21 3631257 E-mail: geral@outraspaisagens.com	
PROJECTO: ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL Projeto Hotel Vale do Tempo. Vale de Pegas, Paderne		PROPONENTE: Valeandro, Lda.	
DESIGNAÇÃO: PLANO GERAL		DESENHO Nº: 19A	
	ESCALA: 1: 500 	DATA: Janeiro 2023	

ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DOS SEUS AUTORES. NÃO PODENDO SER REPRODUZIDO OU ALTERADO SEM AUTORIZAÇÃO ESCRITA DOS MESMOS.








LEGENDA | PLANTA DE VIAS

-  Limite de intervenção
-  Área de implantação
-  Muros existentes a manter

 Árvores existentes a manter

VIAS

-  Via Pública - Caminho de São Vicente (troço novo)
-  Via de acesso ao edifício principal (viária) - reabilitação e troço novo
-  Caminhos de acesso às unidades de alojamento (pedonais)
-  Antigo Caminho de São Vicente (a manter privado)
-  Parque de estacionamento em grelhas de enrelvamento



OUTRAS PAISAGENS, Projectos de Arquitectura Paisagista, Lda.
 Rua Dr. António Martins, nº 39 - R/C. 1070-092 Lisboa. Tel: 21 3631257
 E-mail: geral@outraspaisagens.com

PROJECTO:

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

PROPONENTE:

Projeto Hotel Vale do Tempo. Vale de Pegas, Paderne

Valeandro, Lda.

DESIGNAÇÃO:

PLANTA DE VIAS

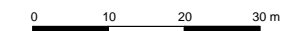
DESENHO Nº:

21A



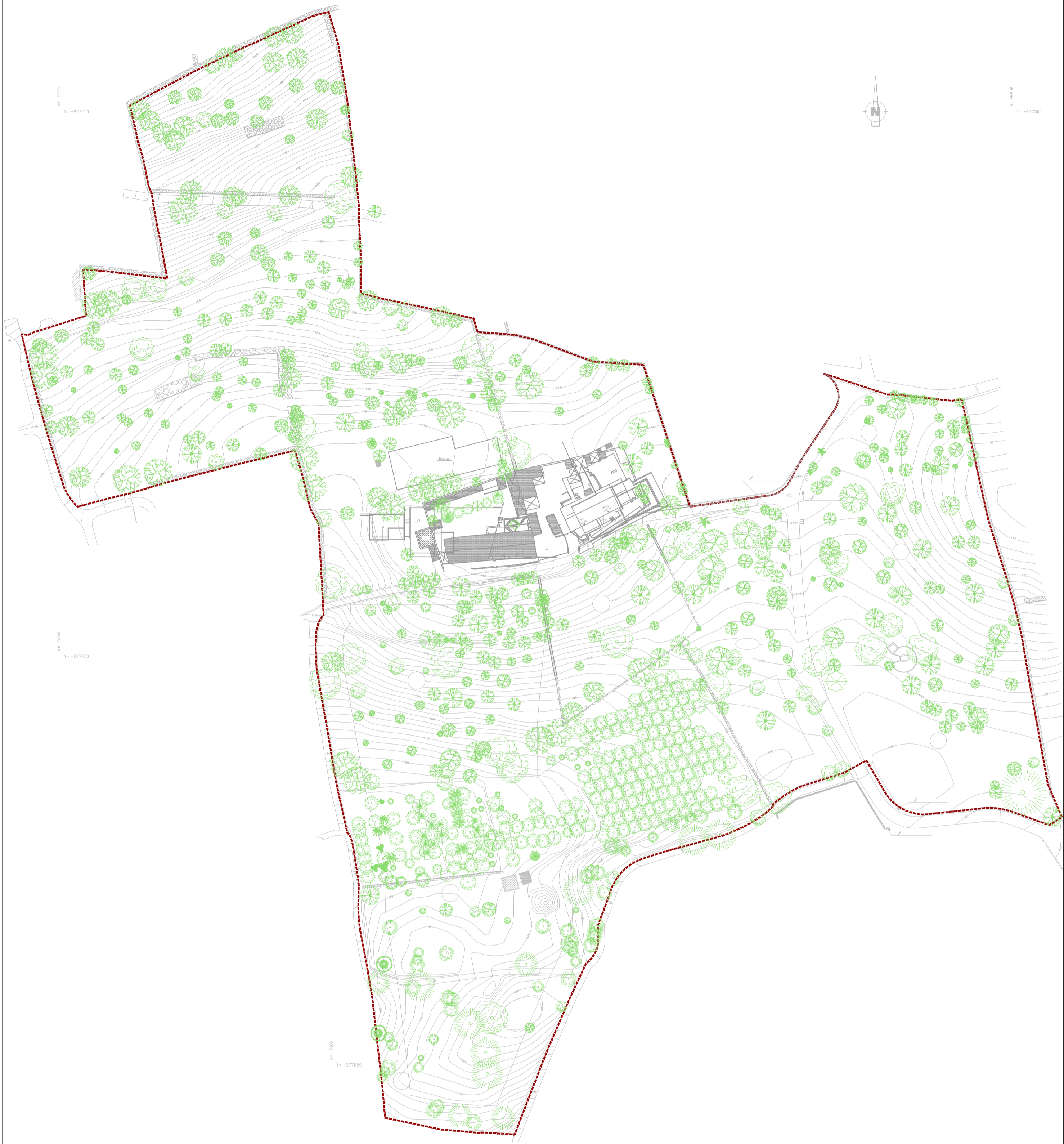
ESCALA:

1: 1.000



DATA:

Janeiro 2023



LEGENDA

--- Limite de intervenção

- Alfarrobeira
- Amendoeira
- Oliveira
- Figueira
- Palmeira
- Pinheiro manso
- Citrino

- Nespereira
- Pessegueiro
- Nogueira
- Eucalpto
- Ameixeira
- Acca
- Anoneira
- Pereira
- Abacateiro

Macieira



OUTRAS PAISAGENS, Projectos de Arquitectura Paisagista, Lda.
 Rua Dr. António Martins, nº 39 - R/C. 1070-092 Lisboa. Tel: 21 3631257
 E-mail: geral@outraspaisagens.com

PROJECTO:

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL
 Projeto Hotel Vale do Tempo. Vale de Pegas, Paderne

PROPONENTE:

Valeandro, Lda.

DESIGNAÇÃO:

LEVANTAMENTO DA VEGETAÇÃO EXISTENTE

DESENHO Nº:

27



ESCALA:

1: 1.000






DATA:

Janeiro 2023











Planta de Implantação





LEGENDA | PLANO GERAL

-  Limite de intervenção
-  Muros existentes a manter
-  Árvores existentes a manter

ZONAMENTO

-  01 Acesso ao empreendimento
-  02 Estacionamento
-  03 Acesso de utentes ao edifício
-  04 Zona exterior
-  05 Unidades de alojamento - Edifício A
-  06 Áreas comuns - SPA
-  07 Áreas comuns - Bar / piscina e deck
-  08 Unidades de alojamento exteriores B a G
- 09 Caminho de São Vicente - Público

TIPOLOGIA

-  **MÓDULO A**
Arbustivas e sub-arbustivas dos matos mediterrânicos
-  **MÓDULO B**
Sub-arbustivas e herbáceas de valor ornamental
-  **MÓDULO C**
Cobertura verde extensiva
-  **MÓDULO D**
Vegetação de zonas húmidas



OUTRAS PAISAGENS, Projectos de Arquitectura Paisagista, Lda.
Rua Dr. António Martins, nº 39 - R/C. 1070-092 Lisboa. Tel: 21 3631257
E-mail: geral@outraspaisagens.com

PROJECTO: ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL
Projeto Hotel Vale do Tempo. Vale de Pegas, Paderne

PROPONENTE: Valeandro, Lda.

DESIGNAÇÃO: PLANO DA ESTRUTURA VERDE

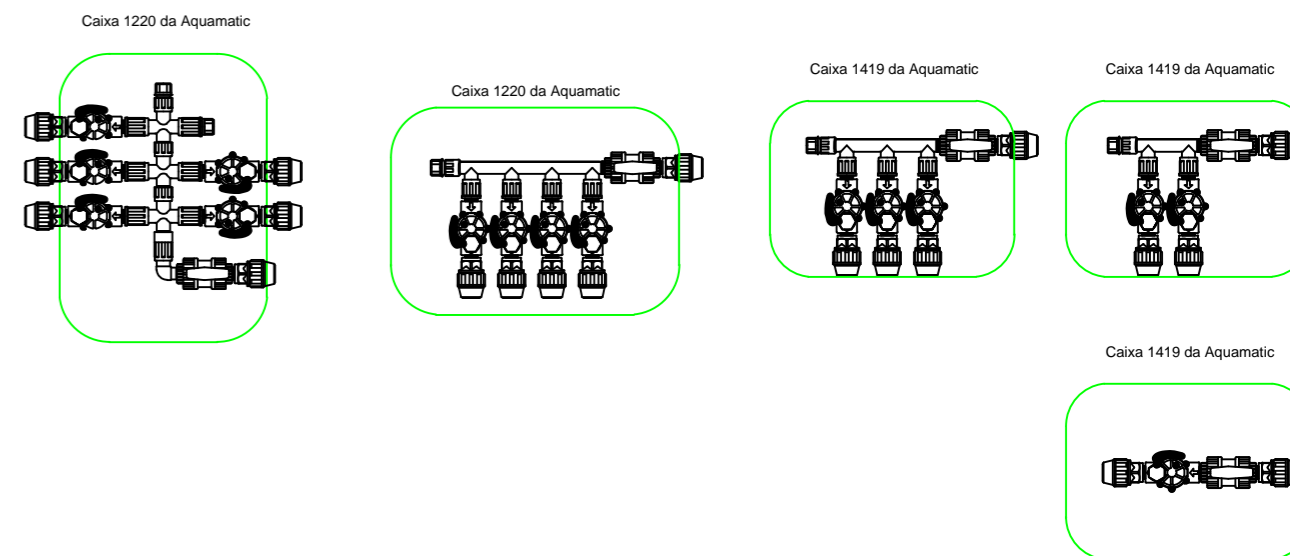
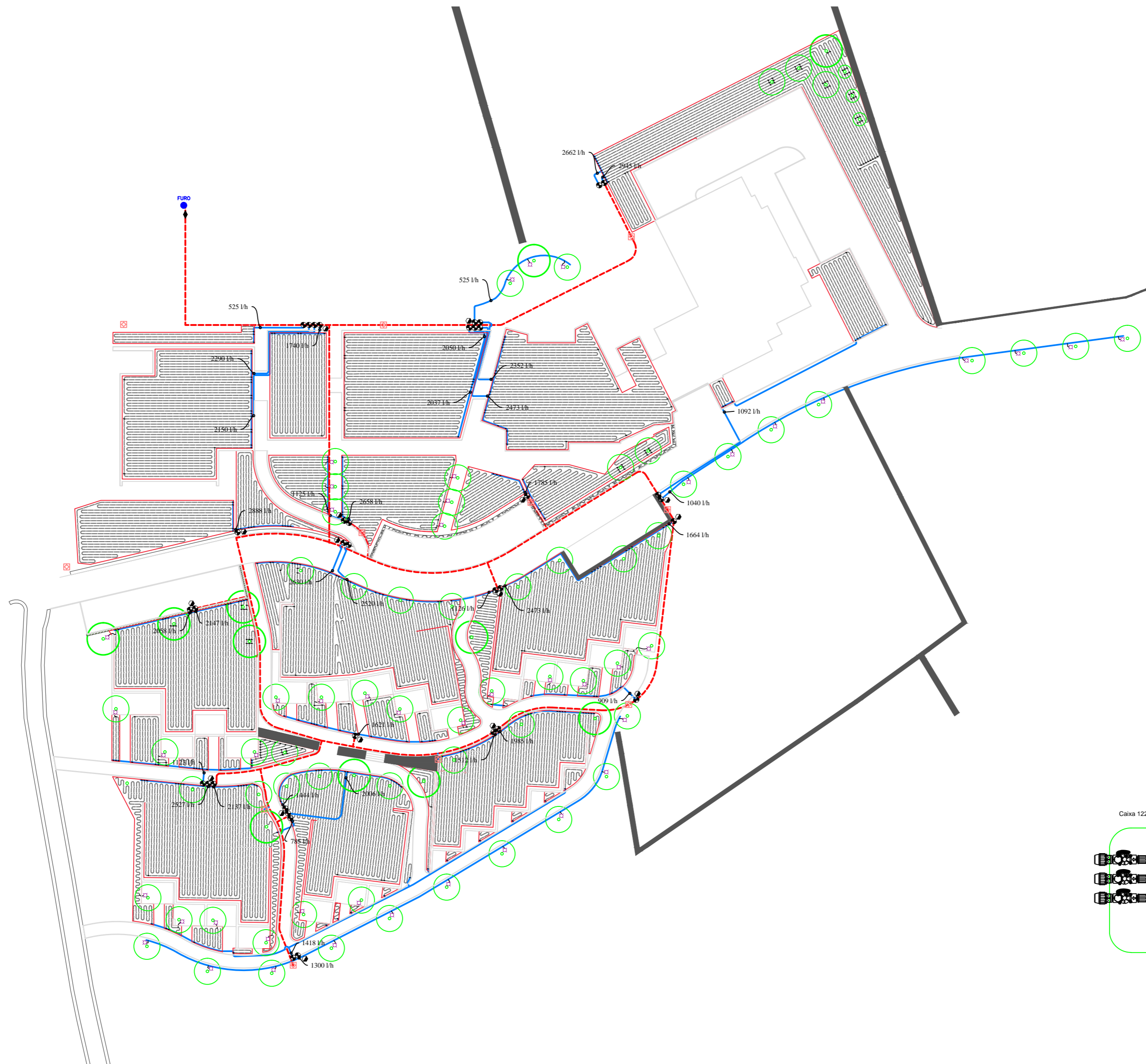
DESENHO Nº: 28



ESCALA: 1: 500



DATA: Janeiro 2023



LEGENDA

- ◆ Sistema de filtragem
- Controlador a pilha 9V "Solem" Bluetooth série BL-IP
- Electrovalvula "Rain Bird" DVF 100 -9V
- Tubo P.E.B.D Ø 32 mm - PN 10
- Tubo P.E.A.D Ø 40 mm - PN 10
- Micro-tubo de 4 mm

- Tubo Drip-Compensante Ø 16 mm de 2.1 l/h - espaçamento: 40 x 40 cm
- Cruzamento sem ligação
- Mini bubbler " ANTELCO" sobre estaca de 14 cm de débito regulável até 130 l/h colocados em ramais de microtubo
- ⊠ Caixa redonda com torneira de 3/4" incorporada



OUTRAS PAISAGENS, Projectos de Arquitectura Paisagista, Lda.
 Rua Dr. António Martins, nº 39 - R/C. 1070-092 Lisboa. Tel: 21 3631257
 E-mail: geral@outraspaisagens.com

PROJECTO: ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL **PROPONENTE:** Valeandro, Lda.
 Projeto Hotel Vale do Tempo. Vale de Pegas, Paderne

DESIGNAÇÃO: PLANO DE REGA **DESENHO Nº:**



ESCALA: 1: 500
 0 5 10 15 m

DATA: Janeiro 2023

29

ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DOS SEUS AUTORES. NÃO PODEMOS SER REPRODUZIDO OU ALTERADO SEM AUTORIZAÇÃO ESCRITA DOS MESMOS.

ANEXO 02 ELEMENTOS DE LICENCIAMENTO DO FURO

Documento n.º: REQ_CPT_605880

Submissão: 2022/12/02

Requerimento: Captação de água

Identificação

Dados de perfil

Código APA	APA09548203
País	Portugal
Número de Identificação Fiscal	509939180
Pessoa singular	<input type="checkbox"/>
Nome/Denominação Social	VALEANDRO
Idioma	Português
Email	hotelalisios@gmail.com
Morada	Av. Infante D. Henrique nº 83
Localidade	Albufeira
Código Postal	8200-261
Concelho	Albufeira
Telefones (fixo e telemóvel)	289589284
Obrigação de correc�o de Dados de Perfil	<input type="checkbox"/>

Dados para correspondência

Destinatário	VALEANDRO
Email	hotelalisios@gmail.com
Morada	Av. Infante D. Henrique nº 83
Localidade	Albufeira
Código Postal (XXXX-XXX)	8200-261
Concelho	Albufeira
País	Portugal

Localiza o

Designa�o da capta�o	Vale do Tempo
Tipo de capta�o	Subterrânea
Tipo de infraestrutura	Furo vertical
Prédio/Parcela	Vale do Tempo
Dominialidade	D�mio Hídrico Privado
Nut III - Concelho - Freguesia	Algarve / Albufeira / Paderne
Longitude	-8.235305
Latitude	37.167175

Caracterização

Uso	Particular
Captação de água já existente	<input type="checkbox"/>
Empresa executora da pesquisa:	
Empresa executora da pesquisa licenciada	<input checked="" type="checkbox"/>
Identificação / N.º Licença	Sondaloulé, Lda. / LA000420.2022.RH8

Perfuração:

Método	Rotopercussão
Profundidade (m)	110.0
Diâmetro máximo (mm)	203.2

Revestimento:

Tipo	PVC
Profundidade (m)	95.0

Regime de exploração:

Tipo de equipamento de extração	Bomba elétrica submersível
Energia	Elétrica
Potência do sistema de extração (cv)	5.0
Mês de maior consumo	agosto

Finalidades

Rega

Área total a regar (ha)	3.0000
Área atual a regar (ha)	3.0000
Área a regar no horizonte de projeto (ha)	
Vai ser promovido tratamento à água captada	<input type="checkbox"/>
Outras origens de água para rega	Não existe

Finalidade da rega

Finalidade da rega

Agrícola

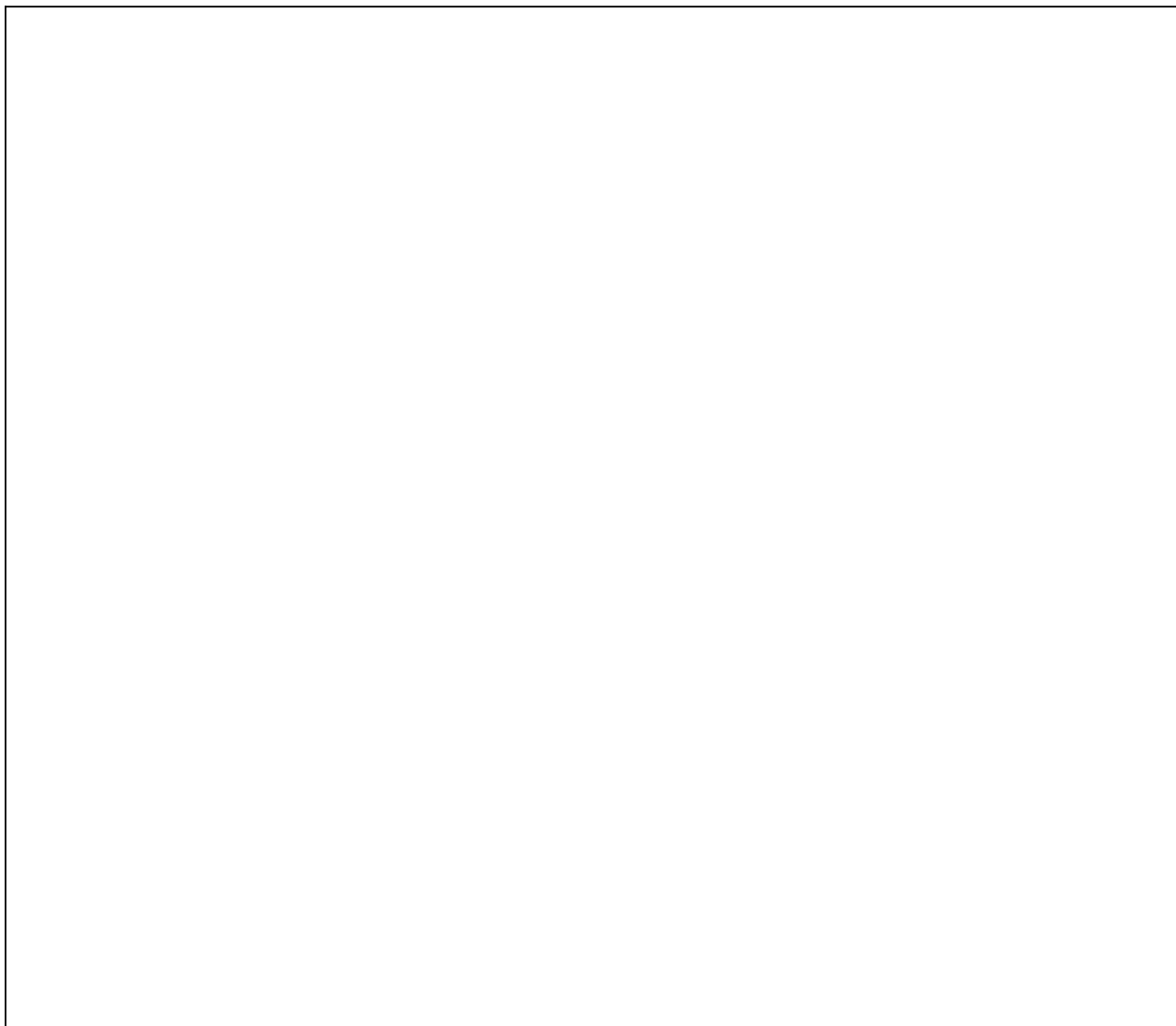
Especificação das culturas

Tipo de cultura	Tipo de rega
Citrinos	Gota a gota

Anexos

Anexo 1	Outro Caderneta.pdf
Anexo 2	Memória Descritiva Certidão Permanente.pdf
Anexo 3	Documento de identificação Cartão Cidadão Sr.Leandro.pdf

Localização



s.morais@outraspaisagens.com

De: hotelalisios@gmail.com
Enviado: 14 de dezembro de 2022 12:13
Para: Sandra Alves
Cc: j.c.leandro@hotelalisios.com
Assunto: FW: Envio de documento nº S076191-202212-ARHALG.DRHI - Pedido de pagamento - VALEANDRO
Anexos: S076191-202212-ARHALG.DRHI.pdf

-----Mensagem original-----

De: noreply@apambiente.pt <noreply@apambiente.pt>
Enviada: quarta-feira, 14 de dezembro de 2022 11:39
Para: hotelalisios@gmail.com
Assunto: Envio de documento nº S076191-202212-ARHALG.DRHI - Pedido de pagamento - VALEANDRO

Bom dia

Para os devidos efeitos, junto se envia o ofício acima referido.

Com os melhores cumprimentos

Ana Paula Mil-Homens
Técnica Superior
Secretariado da Divisão dos Recursos Hídricos Interiores

VALEANDRO
Av. Infante D. Henrique nº 83
Albufeira
8200-261
Albufeira

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
	2022/12/02	Proc nº 450.10.02.02.024606.2022.RH8 Of. nº S076191-202212- ARHALG.DRHI	2022/12/14

Assunto	Captação de água, sita na freguesia de Paderne , concelho de Albufeira
----------------	---

Na sequência do requerimento para Captação de água, submetido à apreciação da APA/ARH Algarve, solicita-se que nos termos do Despacho n.º 12008/2013, V.ª Ex.ª. proceda ao pagamento da quantia de EUR 136.30 (Cento e Trinta e Seis Euros e Trinta Cêntimos) correspondente à apreciação técnica do respectivo pedido.

Para o efeito junto se envia o Documento Único de Cobrança (DUC) que deverá ser pago até à data limite indicada, ficando a apreciação do processo suspensa até à respetiva liquidação.

Com os melhores cumprimentos,

O Administrador Regional da ARH Algarve



Pedro Coelho

ap



APA, IP - Agência Portuguesa do Ambiente, IP
Rua da Murgueira, nº 9/9 A - Zambujal
2610-124 AMADORA

Telefone 214728200
E-Mail geral@apambiente.pt
Nº Contribuinte 510306624

VALEANDRO
Av. Infante D. Henrique nº 83
8200-261 ALBUFEIRA
Portugal

Nº Contribuinte 509939180

Informação
214636

Documento Único de Cobrança

Dados Pagamento:

Referência de Pagamento	516000006834477
Valor	136.30 Euros
Data Emissão	2022-12-14
Data Limite Pagamento	2023-01-13
Taxa	Títulos de Utilização de Recursos Hídricos - Aut.-Captação águas particulares para fins privado - Despacho n.º 12008/2013
Consequências Não Pagamento	O não pagamento no prazo determina ao abrigo do artº 133º do CPA - Decreto-Lei nº 4/2015 de 07 de Janeiro, a extinção do procedimento. A manutenção do procedimento após a extinção referida implica o pagamento da taxa em dobro.

INSTRUÇÕES SOBRE AS FORMAS DE PAGAMENTO

O pagamento só poderá ser efetuado 2 dias úteis após a data de emissão.

O pagamento pode ser efetuado, utilizando a referência de pagamento acima indicada, através das Caixas Automáticas Multibanco, da Internet (recorrendo ao serviço on-line do seu banco) e aos balcões das Instituições de Crédito aderentes à Rede de Cobranças do Estado.
Para efetuar o pagamento através do Multibanco e da Internet, selecione a opção Pagamentos ao Estado.



ID: 339708966,
Data de emissão: 15-12-2022 19:10,
Página 1/1

Comprovativo de Operação Caixadirecta Empresas

Exmo(a) Senhor(a)

Na sequência do pedido efectuado por VALEANDRO UNIPessoal LDA contribuinte nº 509939180, o serviço Caixadirecta Empresas registou a operação abaixo referida.

Dados da operação

Tipo	Pagamento de impostos
Conta	0018024582130 - EUR - CaixaEmpresa Comércio e Serviços
Referência	516 000 006 834 477 - Pag Agência Portuguesa Ambiente
Montante	136,30 EUR
Identificador SIBS	234996874821

Outros Dados

Comentário	APA Captação de Água
Data de criação	14-12-2022 12:22:07
Data de Operação	15-12-2022 18:36:23
Criado por	sandra sofia lourenco alves
Serviço	Caixadirecta Empresas
Estado	Efetuada

Custo total

Custo total	0,00 EUR
-------------	----------

Assinaturas

Nº de assinaturas	1 / 1
-------------------	-------

Data e hora

15-12-2022 18:36:23

Nome

JOSE CARLOS GOMES LEANDRO

Caso necessite de obter alguma informação adicional, contacte o Serviço Caixadirecta Empresas pelo telefone 21 790 07 91 (chamada para a rede fixa nacional) disponível das 8:00 às 22:00h, todos os dias do ano.

Caixadirecta Empresas

Para todos e para cada um.

ANEXO 03 TABELAS COM ELENÇOS DA FAUNA E FLORA.

Quadro I: Répteis de ocorrência provável ou confirmada na área de estudo

Família Espécie	Convenção de Berna	Estatuto em Portugal		Abundância na área de estudo
		estatuto de conservação	abundância	
LACERTIDAE				
<i>Psammodromus algirus</i> (*)	II	LC	Comum	MC
GEKKONIDAE				
<i>Tarentola mauritanica</i> (*)	II	LC	Comum	CM
AMPHISBAENIDAE				
<i>Blanus cinereus</i>	II	LC	Comum	CM
COLUBRIDAE				
<i>Coluber hippocrepis</i>	III	LC	Comum	X

* Espécies de ocorrência confirmada

Quadro II: Anfíbios de ocorrência provável ou confirmada na área de estudo.

Família Espécie	Nome vulgar	Convenção de Berna	Estatuto em Portugal		Abundância na área de estudo
			Estatuto de Conservação	Abundância	
SALAMANDRIDAE					
<i>Salamandra salamandra</i>	Salamandra-comum		Pouco preocupante	Raro	Raro
BUFONIDAE					
<i>Epidalea calamita</i>	Sapo-corredor	III	Pouco preocupante	Raro	Raro
<i>Bufo bufo</i>	Sapo-comum		Pouco preocupante	Raro	Raro
DISCOGLOSSIDAE					
<i>Alytes cisternasii</i>	Sapo-parteiro-ibérico	III	Pouco preocupante	Comum	Raro

(*) Espécie de ocorrência confirmada

Quadro III: Aves referenciadas para a área de estudo

Família Espécie	Nome Vulgar	Legislação			Estatuto de conservação	Fenol.	Abund.
		Bona	Berna	D. 409/79-CEE			
ACCIPITRIDAE <i>Buteo buteo</i>	Águia-de-asa-redonda (*)			I	LC	R	C
FALCONIDAE <i>Falco tinnunculus</i>	Peneireiro-comum (*)	II	II		LC	R	R
COLUMBIDAE <i>Streptopelia decaoto</i> <i>Streptopelia turtur</i>	Rôla-turca (*) Rôla-comum		III III		LC LC	MN MP?	C C
STRIGIDAE <i>Athene noctua</i>	Mocho-galego (*)		II		LC	R	C
TYTONIDAE <i>Tyto alba</i>	Coruja-das-torres		II		LC	R	C
CUCULIDAE <i>Cuculus canorus</i>	Cuco		III		LC	MN	Esc
PICIDAE <i>Dendrocopus major</i>	Pica-pau-malhado-grande (*)		II		LC	R	R
APODIDAE <i>Tachymarptis melba</i> <i>Apus apus</i> <i>Apus pallidus</i>	Andorinhão-real (*) Andorinhão-preto (*) Andorinhão-pálido (*)		II III III	I	NT LC LC	MN MN MN	C C C
HIRUNDINIDAE <i>Hirundo rustica</i> <i>Delichon urbica</i> <i>Hirundo daurica</i>	Andorinha-das-chaminés (*) Andorinha-dos-beirais (*) Andorinha-das-pontes (*)		II II II		LC LC LC	MN MN MN	C C C
MOTACILLIDAE <i>Anthus pratensis</i> <i>Anthus trivialis</i>	Petinha-dos-prados (*) Petinha-das-árvores		II II		LC LC	I MP	C X

Quadro III: Aves referenciadas para a área de estudo

Familia	Espécie	Nome Vulgar	Legislação			Estatuto de conservação	Fenol.	Abund.
			Bona	Berna	D. 409/79-CEE			
	<i>Motacilla alba</i>	Alvéola-branca (*)		II		LC	I	C
	<i>Motacilla cinerea</i>	Alvéola-cinzenta		II		LC	I	C
TROGLODYTIDAE								
	<i>Troglodytes troglodytes</i>	Carriça (*)	II	II		LC	R	C
MUSCICAPIDAE								
	<i>Saxicola torquata</i>	Cartaxo-comum (*)	II	II		LC	R	C
	<i>Sylvia atricapilla</i>	Toutinegra-de-barrete-preto (*)	II	II		LC	R	C
	<i>Sylvia melanocephala</i>	Toutinegra-de-cabeça-preta (*)	II	II		LC	R	C
	<i>Regulus ignicapillus</i>	Estrelinha-de-poupa	II	II		LC	I	C
	<i>Phylloscopus collybita</i>	Felosa-comum (*)	II	II		LC	I	C
	<i>Phylloscopus trochilus</i>	Felosa-musical	II	II		LC	MP	X
	<i>Ficedula hypoleuca</i>	Papa-moscas-preto (*)	II	II		LC	MP	C
	<i>Muscicapa striata</i>	Papa-moscas-cinzento (*)	II	II		LC	MP	C
	<i>Erithacus rubecula</i>	Pisco-de-peito-ruivo (*)	II	II		LC	I	C
	<i>Turdus merula</i>	Melro-preto (*)	II	III		LC	R	C
	<i>Turdus viscivorus</i>	Tordoveia (*)	II	III		LC	R	C
	<i>Turdus philomelos</i>	Tordo-músico	II	III		LC	I	C
	<i>Cisticola juncidis</i>	Fuinha-dos-juncos (*)	II	II		LC	R	C
	<i>Phoenicurus ochrurus</i>	Rabirruivo-preto (*)	II	II		LC	R	C
	<i>Luscinia megarhynchos</i>	Rouxinol-comum	II	II		LC	MN	?
CERTHIIDAE								
	<i>Certhia brachydactyla</i>	Trepadeira-comum (*)		II		LC	R	Esc
STURNIDAE								
	<i>Sturnus unicolor</i>	Estorninho-preto (*)		II		LC	R	Esc
	<i>Sturnus vulgaris</i>	Estorninho-malhado		II		LC	I	X
PARIDAE								
	<i>Parus major</i>	Chapim-real (*)		II		LC	R	C
	<i>Parus caeruleus</i>	Chapim-azul (*)		II		LC	R	R
PLOCEIDAE								
	<i>Passer domesticus</i>	Pardal-de-telhado (*)		II		LC	R	C
FRINGILLIDAE								
	<i>Acanthis cannabina</i>	Pintaroxo (*)		II		LC	R	C
	<i>Serinus serinus</i>	Chamariz (*)		II		LC	R	MC
	<i>Carduelis carduelis</i>	Pintassilgo (*)		II		LC	R	MC

Quadro III: Aves referenciadas para a área de estudo

Família Espécie	Nome Vulgar	Legislação			Estatuto de conservação	Fenol.	Abund.
		Bona	Berna	D. 409/79-CEE			
<i>Carduelis chloris</i>	Verdilhão (*)		II		LC	R	MC
<i>Fringilla coelebs</i>	Tentilhão (*)		II		LC	R	C
<i>Carduelis spinus</i>	Lugre		II		LC	R	C
CORVIDAE							
<i>Garrulus glandarius</i>	Gaio (*)		II		LC	R	C
<i>Cyanopica cyana</i>	Pêga -azul (*)		II	I	LC	R	C
ESTRILIDAE							
<i>Estrilda astrild</i>	Bico-de-lacre (*)				LC	R	C
EMBERIZIDAE							
<i>Emberiza cirlus</i>	Escrevedeira-de-garganta-preta (*)		III		LC	R	MC
<i>Miliaria calandra</i>	Trigueirão (*)		III		LC	R	MC

* Espécies de ocorrência confirmada na área de estudo

Quadro IV: Mamíferos referenciados para a área de estudo

FAMÍLIA ESPÉCIE	NOME VULGAR	Legislação		Estatuto em Portugal		Abundância na área
		Berna	Bona	Estatuto de Conservação	Abundância	
ERINACEIDAE						
<i>Erinaceus europaeus</i>	Ouriço-cacheiro (*)	III		LC	Frequente	CM
SORICIDAE						
<i>Crossidura russula</i>	Musaranho-comum	III		LC	Comum	CM
VESPERTILIONIDAE						
<i>Pipistrellus pygmaeus</i>	Morcego-pigmeu (*)	II	II	LC	Comum	CM
<i>Pipistrellus kuhlii</i>	Morcego-de-Kuhl (*)	II	II	LC	Comum	CM
<i>Pipistrellus pipistrellus</i>	Morcego-comum	II	II	LC	Comum	CM
TALPIDAE						
<i>Talpa occidentalis</i>	Toupeira-comum	II		LC	Frequente	ESC
LEPORIDAE						
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	Coelho (*)			NT	Comum	CM
MURIDAE						
<i>Apodemus sylvaticus</i>	Rato-do-campo			LC	Muito comum	MC
<i>Mus musculus</i>	Rato-das-casas			LC	Muito comum	X
<i>Mus spretus</i>	Rato-do-campo			LC	Muito comum	CM?
<i>Rattus norvegicus</i>	Ratazana-cinzenta			LC	Muito comum	X
CANIDAE						
<i>Vulpes vulpes</i>	Raposa			NT	Comum	CM
MUSTELIDAE						
<i>Mustela nivalis</i>	Doninha	III		LC	Frequente	ESC

(*) Espécie de ocorrência confirmada.

Legenda

- **Abundância** - A abundância das espécies inventariadas na área de estudo foi estimada com base no trabalho de campo e em informação recolhida a partir da bibliografia. As categorias utilizadas (que têm, evidentemente, um carácter subjectivo) são:
 - O - Ocasional
 - ESC – Escasso
 - C - Comum
 - MC - Muito comum
- **Fenologia** - Este aspecto só é referido para as aves. São consideradas as seguintes categorias fenológicas:
 - R - Residente: quando a espécie permanece na área de influência durante todo o ano;
 - MN - Estival: quando a espécie existe na área apenas durante os meses de Primavera-Verão (o que significa que é provavelmente nidificante);
 - I - Invernante: quando a espécie surge na área apenas nos meses de Outono-Inverno;
 - MP - Migratória: quando é registada em Portugal apenas durante as épocas de passagem migratória (Primavera e Outono).
- **Estatuto de conservação** - Para cada espécie é indicado o estatuto de conservação em Portugal Continental, tal como referido no Novo Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal disponível no sítio de internet do ICNF. As categorias utilizadas são:
 - EX – Extinto;
 - EW – Extinto na Natureza;
 - CR – Criticamente em perigo;
 - EN – Em Perigo;
 - VU – Vulnerável;
 - NT – Quase ameaçado;
 - LC – Pouco preocupante;
 - DD – Informação insuficiente;
 - NE – Não avaliado.
- **Legislação Internacional e Directivas Comunitárias** - Relativamente às espécies inventariadas para a região em estudo é importante conhecer a sua situação face à legislação portuguesa, às principais convenções internacionais e às directivas comunitárias.

-
- Convenção de Bona: Convenção sobre a Conservação das Espécies Migradoras Pertencentes à Fauna Selvagem (ratificada para aprovação pelo D.L. 103/80 de 11 de Outubro). Dedicada especial atenção à conservação de espécies migradoras ameaçadas, contemplando também os respectivos habitats. Nesta convenção foram considerados os seguintes anexos:
 - Anexo I: elenco de espécies migradoras ameaçadas.
 - Anexo II: engloba espécies migradoras em que o estado de conservação é desfavorável e cuja conservação e gestão exigem a conclusão de acordos internacionais, assim como aquelas cujo estado de conservação beneficiária, de maneira significativa, da cooperação resultante de um acordo internacional.
 - Convenção de Berna: Convenção da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais da Europa (ratificada pelo D.L. 316/89 de 22 de Setembro). Garante e promove a conservação das espécies e habitats cuja preservação exige a cooperação de vários Estados. É constituída por quatro anexos:
 - Anexo I: espécies da flora estritamente protegidas.
 - Anexo II: espécies da fauna estritamente protegidas.
 - Anexo III: espécies protegidas da fauna.
 - Directiva Aves: a directiva 79/409/CEE, transposta para Portugal pelo D.L. 75/91 de 14 de Fevereiro, refere-se à conservação de todas as espécies de aves que vivem naturalmente no estado selvagem no território Europeu dos Estados-Membros ao qual é aplicável o Tratado. Tem por objectivo a protecção, gestão e controle dessas espécies, regulamentando a sua exploração.
 - Anexo I: inclui as espécies particularmente vulneráveis.
 - Anexo II: as espécies deste anexo podem ser caçadas, desde que não sejam comprometidos os esforços de conservação. No Anexo II/1 estão incluídas as espécies que podem ser caçadas em qualquer zona geográfica. No Anexo II/2 estão incluídas as espécies que podem ser caçadas apenas nos Estados-Membros referidos nesse anexo.

Tabela 5 - Elenco florístico da área de estudo, com indicação do nome comum e respetivo estatuto de proteção.

Família	Género/Espécie	Nome comum	Estatuto de Protecção	Condição RELAPE
Arecaceae	<i>Phoenix canariensis</i>	Palmeira-comum		
Aristolochiaceae	<i>Aristolochia baetica</i> L.	Balsamina		
Araceae	<i>Arisarum simorrhinum</i> Durieu	Campainhas		
Anonaceae	<i>Annona cherimola</i> Mill.	Anoneira		
Brassicaceae	<i>Hirschfeldia incana</i> (L.) Lagr.-Foss.			
	<i>Raphanus raphanistrum</i> L.	Saramago		
Boraginaceae	<i>Echium plantagineum</i> L.	Viperina		
Pinaceae	<i>Pinus pinea</i> L.	Pinheiro-manso		
Fagaceae	<i>Quercus coccifera</i> L.	Carrasco		
Caryophyllaceae	<i>Petrorhagia nanteuillii</i> (Burnat) P.W.Ball & Heywood			
Cistaceae	<i>Cistus crispus</i> L.	Roselha		
	<i>Cistus salvifolius</i> L.	Saganho-mouro		
	<i>Cistus monspeliensis</i>	Sargaço		
	<i>Xolantha guttata</i> (L.) Raf.	Alcar		

Família	Género/Espécie	Nome comum	Estatuto de Protecção	Condição RELAPE
Convolvulaceae	<i>Convolvulus althaeoides</i> L.	Verdisela		
	<i>Convolvulus arvensis</i> L.	Corriola-rosada		
Juglandaceae	<i>Juglans regia</i>	Nogueira		
Malvaceae	<i>Lavatera cretica</i> L.			
Amaranthaceae	<i>Chenopodium album</i> L.			
Anacardiaceae	<i>Pistacia lentiscus</i> L.	Aroeira		
Primulaceae	<i>Anagallis arvensis</i> L.	Morrião		
Crassulaceae	<i>Umbilicus rupestris</i> L.	Úmbigo-de-Vénus		
	<i>Sedum album</i> L.	Arroz-dos-telhados		
Rosaceae	<i>Crataegus monogyna</i> Jacq.	Pilriteiro		
	<i>Rubus ulmifolius</i> Schott	Silva		
	<i>Prunus domestica</i> L.	Ameixeira		
	<i>Pyrus communis</i> L.	Pereira		
	<i>Malus domestica</i> (Borkh.) Borkh.	Macieira		
	<i>Eriobotrya japonica</i> (Thunb.) Lindl.	Nespereira		
	<i>Prunus persica</i> (L.) Batsch	Pessegueiro		

Família	Género/Espécie	Nome comum	Estatuto de Protecção	Condição RELAPE
	<i>Prunus dulcis</i> (Mill.) D. A. Webb	Amendoeira		
	<i>Sanguisorba minor</i> Munoz Garm. & C. Navarro	Pimpinela		
	<i>Ceratonia siliqua</i> L.	Alfarrobeira		
	<i>Medicago</i> spp.			
	<i>Bituminaria betuminosa</i> (L.) C.H.Stirt.			
Fabaceae	<i>Stauracanthus boivinii</i>	Tojo		
	<i>Trifolium stellatum</i> L.	Trevo		
	<i>Trifolium campestre</i> Schreb.	Trevo		
	<i>Medicago polymorpha</i> L.	Carrapiço		
Thymelaeaceae	<i>Daphne gnidium</i> L.	Trovisco-fêmea		
	<i>Myrtus communis</i> L.	Murta		
Myrtaceae	<i>Eucalyptus globulus</i> Labill	Eucalipto		
Lauraceae	<i>Persea americana</i> Mill.	Abacateiro		
Euphorbiaceae	<i>Euphorbia segetalis</i> L.	Alforva-brava		
Rutaceae	<i>Citrus</i> sp.	Citrino		
Rhamnaceae	<i>Rhamnus alaternus</i> L.	Sanguinho-das-sebes		

Família	Género/Espécie	Nome comum	Estatuto de Protecção	Condição RELAPE
	<i>Ramnus oleoides</i> L.	Espinho-preto		
Geraniaceae	<i>Erodium cicutarium</i> (L.) L'Hér. subsp. <i>cutarium</i>	Bico-de-cegonha		
	<i>Geranium molle</i> L.			
	<i>Geranium robertianum</i> L.	Erva-de-S. Roberto		
Apiaceae	<i>Foeniculum vulgare</i> L.	Funcho		
	<i>Daucus carota</i> L.	Cenoura-brava		
	<i>Thapsia villosa</i> L.			
Gentianaceae	<i>Blackstonia perfoliata</i> (L.) Hudson			
	<i>Centaurium erythraea</i> Rafn	Fel-da-terra		
Solanaceae	<i>Datura stramonium</i> L.	Erva-do-diabo		
	<i>Solanum dulcamara</i> L.			
Oleaceae	<i>Olea europaea</i> L. var. <i>europaea</i>	Oliveira		
	<i>Phillyrea angustifolia</i> L.	Lentisco		
	<i>Jasminum fruticans</i> L.	Jasmineiro-bravo		
Lamiaceae	<i>Calamintha baetica</i> Boiss. & Reut.	Calaminta		
	<i>Clinopodium vulgare</i> L.	Clinopódio		

Família	Género/Espécie	Nome comum	Estatuto de Protecção	Condição RELAPE
	<i>Lavandula luisieri</i> (Rozeira) Rivas Mart	Rosmaninho		Endemismo ibérico, extremamente abundante em Portugal
	<i>Origanum virens</i> Hoffmanns & Link	Oregão		
	<i>Rosmarinus officinalis</i> L.	Alecrim		
	<i>Stachys arvensis</i> L.			
	<i>Thymus lotocephalus</i>	Tomilho-cabeçudo	Prioritária dos Anexo II e IV Directiva Habitats	Além de protegida, é um endemismo lusitano
	<i>Thymbra capitata</i> (L.) Cav	Tomilho-de-Creta		
	<i>Plantago lanceolata</i> L.	Língua-de-ovelha		
Plantaginaceae	<i>Plantago coronopus</i> L.	Diabelha		
	<i>Plantago serraria</i> L.			
Moraceae	<i>Ficus carica</i> L.	Figueira		
Orobanchaceae	<i>Orobanche</i> spp.			
Rubiaceae	<i>Rubia peregrina</i> L.	Raspalingua		
Apocynaceae	<i>Nerium oleander</i> L.	Alandro		
Dipsacaceae	<i>Scabiosa atropurpurea</i> L.	Escabiosa-dos-jardins		
Asteraceae	<i>Aetheorhiza bulbosa</i> (L.) Cass. subsp. <i>bulbosa</i>	Condri-la-de-dioscórides		

Família	Género/Espécie	Nome comum	Estatuto de Protecção	Condição RELAPE
	<i>Cynara humilis</i> L.	Alcachofra-de-são-João		
	<i>Andryala integrifolia</i> L.	Tripa-de-ovelha		
	<i>Dittrichia viscosa</i> (L.) W. Greuter subsp. <i>revoluta</i>	Tágueda		
	<i>Pseudognaphalium luteo-album</i> (L.) Hilliard & B.L.Burtt			
	<i>Helichrysum stoechas</i> (L.) Moench subsp. <i>stoechas</i>	Perpétuas-das-areias		
	<i>Phagnalon saxatile</i> (L.) Cass	Alecrim-das-paredes		
	<i>Picris echioides</i> L.	Raspa-saias		
	<i>Calendula arvensis</i> L.	Erva-vaqueira		
	<i>Urospermum picroides</i> (L.) F.W.Schmidt	Leituga-de-burro		
	<i>Conyza bonariensis</i> (L.) Cronquist	Avoadinha		
	<i>Chrysanthemum coronarium</i>	Pampilho		
	<i>Galactites tomentosa</i> Moench	Cardo		
	<i>Scolymus hispanicus</i> L.	Cangarinha		
	<i>Cichorium intybus</i> L.	Chicória		
Oxalidaceae	<i>Oxalis pes-caprae</i> L.	Azeda		

Família	Género/Espécie	Nome comum	Estatuto de Protecção	Condição RELAPE
Urticaceae	<i>Parietaria judaica</i> L.	Parietária		
Valerianaceae	<i>Centranthus calcitrapae</i> (L.) Duf.			
	<i>Avena</i> sp.	Balanço		
	<i>Bromus diandrus</i> Roth			
	<i>Brachypodium phoenicoides</i> (L.) Roemer & Schultes	Braquipódio		
	<i>Briza maxima</i> L.	Bole-bole-maior		
	<i>Bromus diandrus</i> L.	Rabo-de-cão		
Poaceae	<i>Dactylis glomerata</i> L.	Panasco		
	<i>Bromus hordeaceus</i> L.	Bromo-doce		
	<i>Digitaria sanguinalis</i> (L.) Scop.			
	<i>Hordeum murinum</i> L.	Cevada-das-lebres		
	<i>Brachypodium distachyon</i> (L.) P.Beauv.			
	<i>Poa annua</i> L.			
	<i>Piptatherum milliaceum</i> (L.) Cosson	Talha-dente		
Asparagaceae	<i>Allium paniculatum</i> L.	Alho-paniculado		
	<i>Scilla autumnalis</i> L.			

Família	Género/Espécie	Nome comum	Estatuto de Protecção	Condição RELAPE
	<i>Smilax aspera</i> L.	Salsaparrilha		
	<i>Asparagus aphyllus</i> L.	Espargo-bravo		
	<i>Asparagus acutifolius</i> L.	Espargo-pequeno		
	<i>Urginea maritima</i> (L.) Baker	Cebola-albarrã		
Amaryllidaceae	<i>Leucojum autumnale</i> L.			
Dioscoreaceae	<i>Tamus communis</i> L.	Uva-de-cão		
Orchidaceae	<i>Ophrys lutea</i> Cav.	Erva-vespa	Não pode ser comercializada.	
	<i>Serapias parviflora</i> Parl.	Erva-língua	Decreto-Lei nº 114/90 de 5 de Abril (Convenção CITES);	

ANEXO 04 RELATÓRIO FINAL DOS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS



PROJETO HOTEL RURAL EM VALE PEGAS - ALBUFEIRA
PATRIMÓNIO CULTURAL



Índice

1.	CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA.....	1
1.1.	INTRODUÇÃO.....	1
1.2.	DESCRIÇÃO DO PROJETO	1
1.3.	METODOLOGIA	5
1.4.	ENTIDADES CONTACTADAS	6
1.5.	EQUIPA TÉCNICA E PRAZO DE EXECUÇÃO	6
1.6.	CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA.....	7
2.	ELEMENTOS PATRIMONIAIS IDENTIFICADOS NA ZONA DE PROJECTO	10
3.	ÁREA PROSPECTADA.....	12
4.	ANÁLISE DE IMPACTES	18
5.	MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO	20
6.	LIMITES AO CONHECIMENTO	21
7.	CONCLUSÕES	21
8.	BIBLIOGRAFIA	22
9.	ANEXOS	25

1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

1.1. Introdução

A vertente patrimonial do *Estudo de Impacte Ambiental do Projeto do Hotel Rural em Vale Pegas (Albufeira)* realizou-se ao abrigo do Decreto da Presidência da República n.º 74/97 de 12 de Setembro (ratifica a Convenção de Malta – documento emanado pela União Europeia que visa a proteção a nível comunitário do património arqueológico); da Lei 107/2001 de 8 de Setembro (Lei de Bases do Património Cultural), do Decreto-lei n.º 270/99 de 11 de Junho (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos), com o aditamento de 10 de Novembro de 2000, da portaria n.º 395/2015 de 4 de Novembro; do Decreto-lei n.º 151-B/2013 de 31 de Outubro e respetivas alterações (Decreto-lei n.º 47/2014 de 24 de Março e Decreto-lei n.º 179/2015 de 27 de Agosto); da Portaria n.º 399/2015 de 5 de Novembro e do Decreto-lei n.º 164/14 de 4 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos). Refira-se ainda que o EIA na vertente do património cultural foi realizado de acordo com a mais recente legislação portuguesa entretanto publicada.

1.2. Descrição do Projeto

O local onde se pretende construir o empreendimento turístico (hotel rural) situa-se em Vale de Pegas, na freguesia de Paderne (concelho de Albufeira) e trata-se de terreno com 6,1 hectares, onde a envolvente natural e paisagística permite desenvolver um projeto integrado no meio natural beneficiando do sossego e tranquilidade que afastamento aos aglomerados populacionais lhe propicia. Por outro lado, a envolvente rural e florestal, garante a inexistência de estruturas degradadas e de indústrias ou atividades insalubres, poluentes ou passíveis de prejudicar as condições naturais, paisagísticas ou culturais.

Os promotores pretendem construir um empreendimento turístico composto por 14 unidades de alojamento no edifício principal e 15 unidades de alojamento na encosta, totalizando 49 camas.

A área em estudo, localizada na totalidade da propriedade, apresenta um pequeno planalto ocupado por algumas ruínas, no qual se pretende implantar o edifício principal, enquadrado

numa plataforma que se desenvolve à cota média de 116.55 m e da qual se aprecia a vista sobre o vale. As características do relevo impõem uma intervenção que se ajuste à sua orografia.

O planalto onde se pretende implantar o edifício central, encontra-se ocupado por algumas casas e anexos. Relativamente às edificações preexistentes, esclarece-se que, numa primeira fase, houve a intenção de mantê-las e integrá-las no edifício principal do empreendimento. Posteriormente, após um estudo mais detalhado concluiu-se que as edificações se encontram bastante degradadas, não sendo possível restituir as garantias de segurança estrutural necessárias mediante a realização de obras de conservação.

Ressalva-se assim, que sendo notória a precariedade estilística e construtiva das preexistências, em nada se qualificaria a arquitetura do estabelecimento hoteleiro proposto, caso se mantivessem os planos murais das antigas edificações. Não apresentando o conjunto edificado características arquitetónicas distintivas que o tornem testemunho da arquitetura erudita, tradicional ou vernacular da região e considerando que estas edificações não se encontram classificadas, o promotor do projeto propõe a sua demolição.

Salienta-se também, que por questões técnicas, não foi possível coincidir inteiramente a implantação da edificação proposta com a superfície ocupada pelas preexistências. A área ocupada por estas construções encontra-se incluída em Reserva Agrícola Nacional (RAN), por conseguinte, a sua demolição possibilita a integração de 402.96 m² de terreno livre nesta reserva.

O local de intervenção apresenta condições ímpares para a localização de um estabelecimento hoteleiro, beneficiando do sossego e tranquilidade que afastamento aos aglomerados populacionais lhe propicia. Por outro lado, a envolvente rural e florestal, garante a inexistência de estruturas degradadas e de indústrias ou atividades insalubres, poluentes ou passíveis de prejudicar as condições naturais, paisagísticas ou culturais. A unicidade destas condições determinou um levantamento cuidadoso do coberto arbóreo existente de modo a que a construção do empreendimento proposto possa preservar a vegetação e as árvores de maior porte nomeadamente, pinheiros mansos e alfarrobeiras.

O coberto arbóreo será assim preservado de modo a constituir o enquadramento natural da edificação, valorizando a beleza da vegetação endémica e reforçando a integração ecológica do estabelecimento hoteleiro.

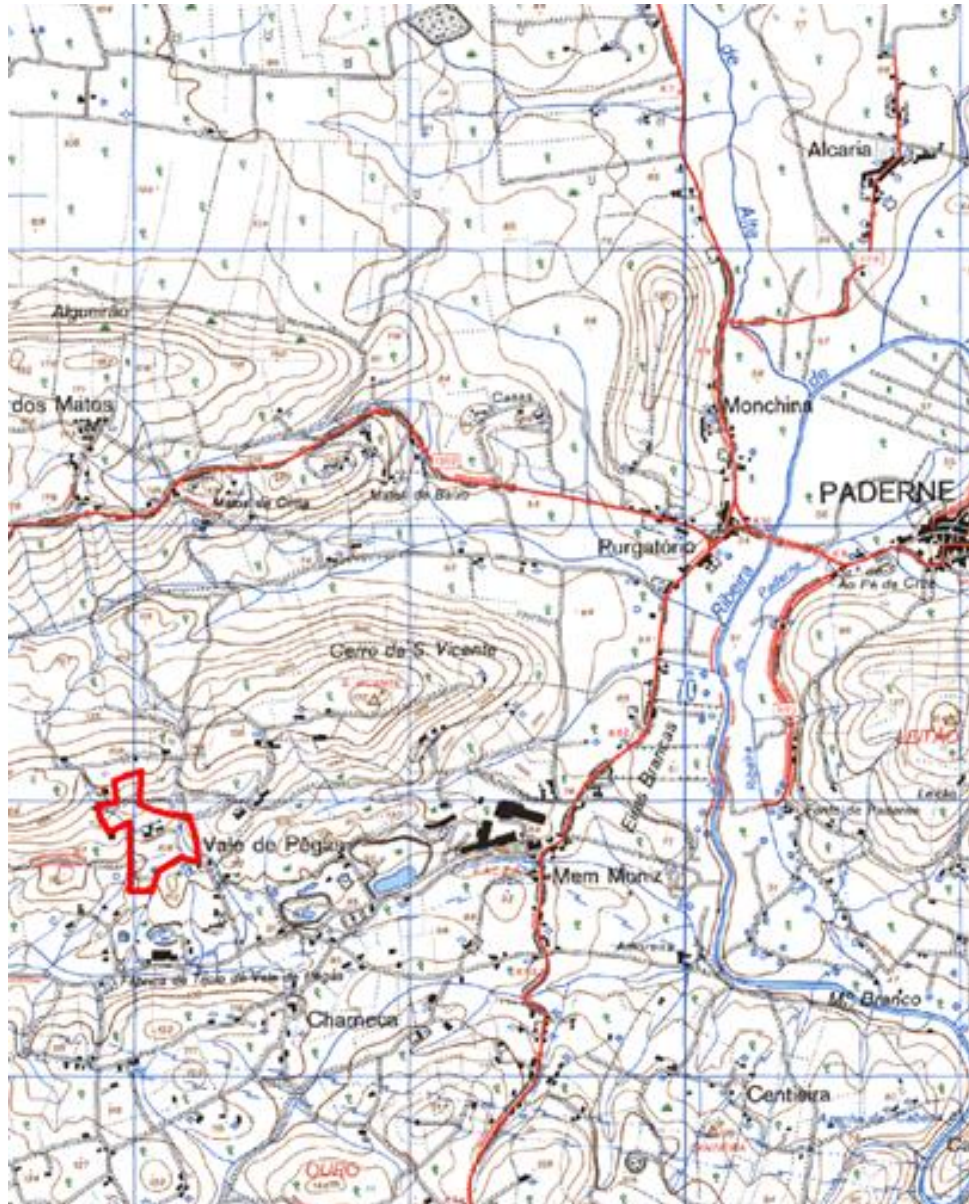


Figura 1 - Localização da área de intervenção



Figura 2 - Demarcação da área do projeto

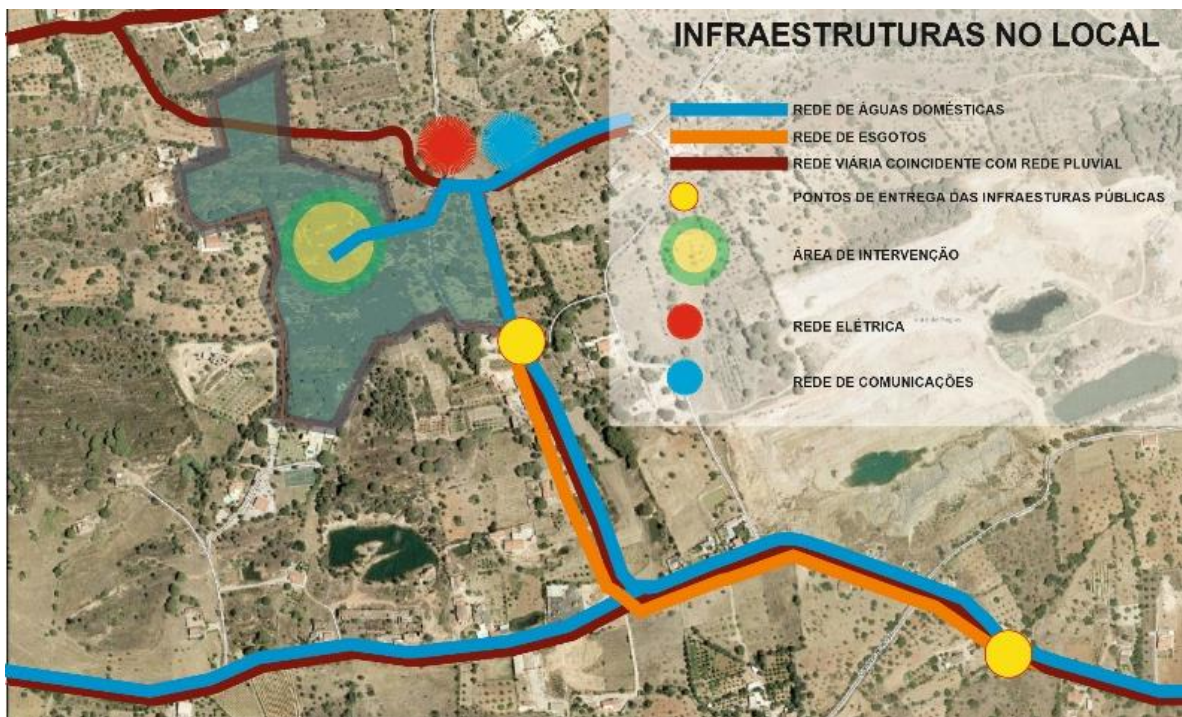


Figura 3 - Indicação das infraestruturas existentes no local

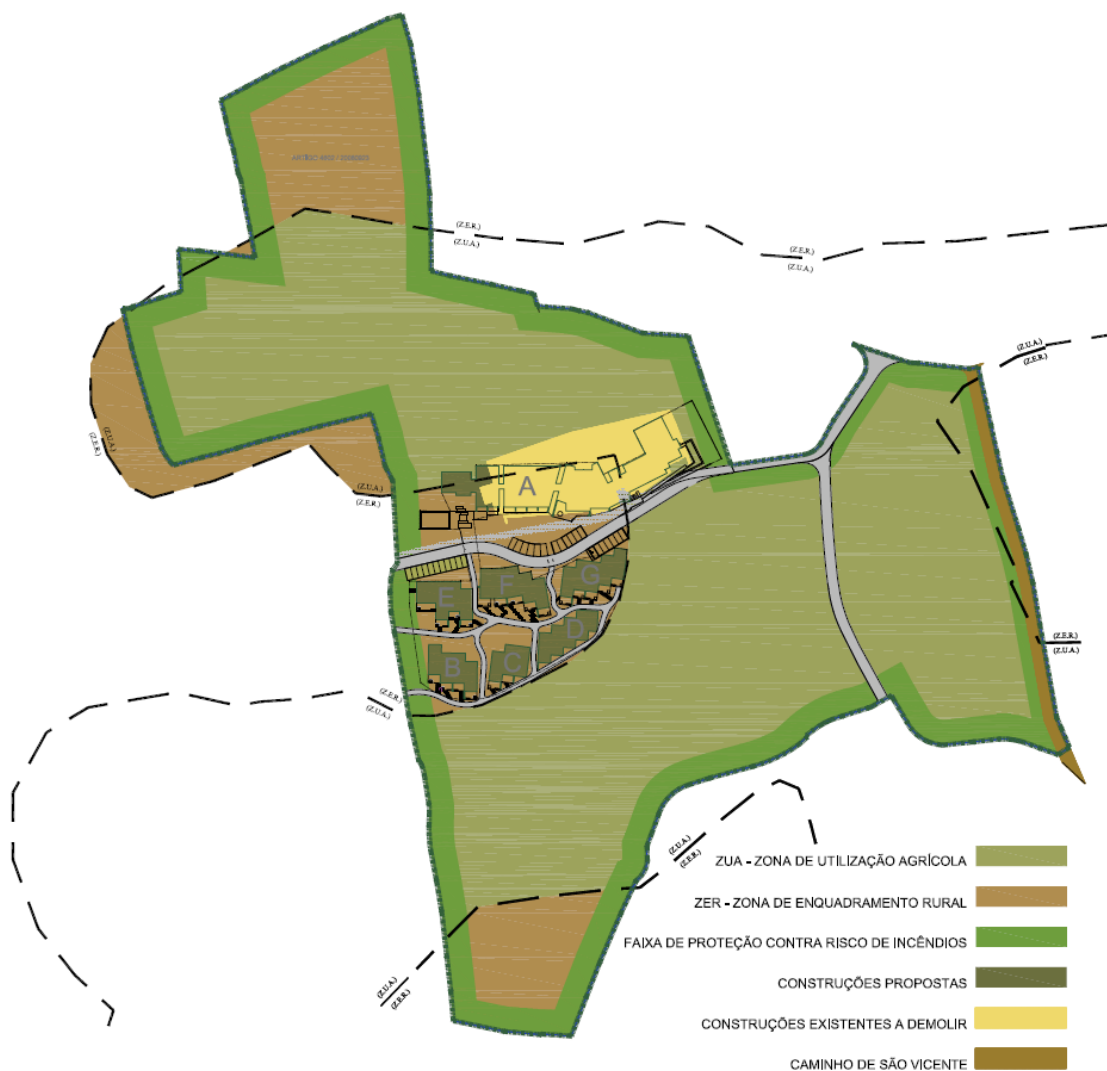


Figura 4 - Inserção do projecto no terreno

1.3. Metodologia

O *Estudo de Impacte Ambiental do Projeto do Hotel Rural em Vale Pegas (Albufeira)* na vertente do património cultural desenvolveu-se em duas fases. Iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica e de gabinete e culminou com a prospeção arqueológica sistemática da totalidade da área do lote de terreno onde se vai implantar o empreendimento turístico.

No âmbito desta pesquisa, tiveram-se em consideração fontes indispensáveis como o PDM de Albufeira, as bases de dados da Direção Geral do Património Cultural, mas também monografias, estudos da especialidade e processos referentes a trabalhos de arqueologia realizados na zona.

Foram igualmente consultadas todas as entidades que poderiam fornecer informações úteis ao estudo (ver Entidades Contactadas).

Foi prospetada sistematicamente a totalidade da área de projeto através de faixas/corredores de forma a reconhecer toda a área, incluindo a área de instalação do estaleiro. A propriedade está totalmente demarcada através de muros. Não se conseguiu obter autorização para a prospeção das propriedades limítrofes dado que estas estão habitadas e muradas.

Na análise de impactes, do ponto de vista do património cultural, e preconização das medidas de minimização, teve-se em consideração não só a possível destruição de eventuais elementos patrimoniais, como a possível existência de outros valores relacionados, e ainda a alteração da envolvente paisagística, que poderá revelar elementos desconhecidos.

1.4. Entidades Contactadas

- Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
Consulta do Plano Diretor Municipal do Concelho de Albufeira
- Direção Geral do Património Cultural
Informação sobre património cultural na área.
- Câmara Municipal de Albufeira
Pedido de informações sobre o património arqueológico e arquitetónico da área.

1.5. Equipa Técnica e Prazo de Execução

O presente estudo foi realizado pelo arqueólogo Pedro Ventura no mês de agosto de 2022, entre os dias 17 e 19 de agosto (trabalho de campo).

1.6. Caracterização Histórica

A região onde se insere o projeto de turismo rural de Vale Pegas apresenta vestígios de ocupações humanas bastante recuadas. Este território, que integra a freguesia de Paderne, e que se localiza no concelho de Albufeira, já era povoada em tempos pré-históricos, de que são testemunhos diversos locais.

O arqueólogo Estácio da Veiga refere a descoberta de diversos materiais de vários períodos, nomeadamente Neolítico, Calcolítico, Idade do Bronze e Islâmico, nos terrenos em torno da vila de Paderne, (Antiguidades Monumentaes do Algarve, vol. II, 1887: 379-381; vol. III, 1889: 125; vol. IV, 1891: 89 - 91 e 189 - 191). Da vila de Paderne provêm igualmente materiais neolíticos, romanos e árabes provenientes de numerosas galerias subterrâneas: "(...) nas ruas da aldeia, de numerosos subterrâneos, que a tradição aponta como celleiros ou graneis mouriscos, mas que devem ter sido logares de habitação na ultima idade da pedra (neolithica) e talvez ainda na idade do cobre(...)" (Veiga, 1887:379). Estácio da Veiga (1891:89 - 90) refere ainda a existência de "(...) numerosas cavernas excavadas nas ruas da aldeia e nos campos (...)" e "(...) numerosas cavernas artificiaes que abundam nas ruas de Paderne, sob o pavimento inferior e nos proprios quintaes das casas(...).

Ainda em Paderne, no sítio designado como Alcaria foi identificado um sítio da Idade do Bronze constituído por uma necrópole de cistas onde foi encontrada cerâmica, machados e um escopro de bronze. Provavelmente trata-se da necrópole denominada Monchina. Nos trabalhos de Levantamento do Património Arqueológico de Albufeira (2005) não foi possível identificar vestígios desta necrópole. O sítio Monchina está ainda associado a um período contínuo de ocupações que vai até à idade média.

A primitiva povoação que hoje corresponde a Albufeira foi ocupada pelos Romanos que lhe deram o nome de Baltum e aí desenvolveram uma cidade com várias estruturas públicas edificadas como aquedutos, estradas e pontes das quais ainda hoje existem vestígios e que têm surgido em contexto de acompanhamento de obras.

Na freguesia de Paderne podemos assinalar dois locais associados ao período romano, para além de outros que se localizam neste território ou em território limítrofe.

Em Paredinhas de São Leonardo localiza-se um sítio romano próximo da confluência da ribeira de Alte com a ribeira de Algibre. Numa zona agricultada, onde não se detetaram estruturas à superfície, foram identificados materiais arqueológicos, nomeadamente fragmentos de telhas cerâmicas comuns, evidenciando diversos fabricos, assim como pequenos fragmentos de terra sigillata, hispânica e sudgálica. Foram ainda encontrados pequenos pedaços de cerâmica de cozinha norte-africana e um de sigillata clara, também norte-africana, possivelmente pertencente a um prato de fundo estampilhado, com conjuntos de círculos concêntricos radiados.

O outro local é Chainças e abarca um período mais longo de ocupações que vai desde o período romano à Idade Média. Foi identificada uma necrópole constituída por cerca de uma dezena de sepulturas para corpo estendido, estruturadas por lajes dispostas de cutelo e orientadas no sentido norte-sul. Segundo o Levantamento Arqueológico, Concelho de Albufeira (2003), trabalhos agrícolas recentes terão destruído os testemunhos visíveis.

O topónimo Albufeira provém da denominação árabe "Al-buhera" que significa "castelo do mar", refletindo assim o seu enquadramento topográfico. Os árabes construíram sólidas fortificações defensivas, tornando-a quase inexpugnável, o que até certo ponto não era infundado, porque Albufeira foi uma das praças que os árabes conservaram por mais tempo em seu poder.

No sítio de Castelinho, na freguesia de Paderne, foi identificado um núcleo principal do sítio do Castelinho situa-se no topo mais alto do cabeço, estendendo-se pela plataforma da zona mais baixa, onde se registou uma presença esporádica de materiais arqueológicos. O núcleo principal situa-se rodeado por um talude, onde são visíveis troços de muralha. Segundo o Levantamento Arqueológico Algarve, Concelho de Albufeira (2003) foram identificados vestígios de possível muralha e de estruturas habitacionais, incluindo silo e vasta necrópole. O silo, escavado no substrato, apresenta forma ovóide e mede cerca de 3 m de profundidade. À superfície do terreno recolheram-se fragmentos de taças, hemisféricas e carenadas, vidradas e esmaltadas, algumas de cor verde e castanho, com pé em anel. Também se identificaram taças com dupla carena e cordões verticais sobre as superfícies exteriores das paredes. Recolheram-se fragmentos de talhas, alguns contendo parte de bordo e um com restos de decoração incisa, em ziguezague e

feita a pente, tal como as asas de cântaros, fragmentos de porção do bordo de alguidares, outro de alcatruz, pedaços de púcaros, de panelas e de jarros, com as superfícies decoradas por pintura, de cor branca e negra. Foram identificados, ainda, fragmentos de telhas com marcas de dedos, longitudinais ou em ziguezague, uma bala de funda e escórias de ferro.

Para além deste local, merece especial importância neste período o castelo de Paderne. O Castelo de Paderne localiza-se no topo de um esporão rochoso na margem esquerda da ribeira de Quarteira, a cerca de 2 km para sul da vila de Paderne, numa paisagem mediterrânea de grande beleza natural, integrada na rede Natura 2000. Esta implantação dotava-o de um bom domínio visual sobre a ribeira de Quarteira e a ponte localizada a Sudeste, permitindo-lhe assumir um papel de destaque no controlo de vias estratégicas entre o Barrocal e o Litoral algarvio. Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no local, desde os anos oitenta do século XX, permitiram identificar estruturas fortificadas, edifícios habitacionais, uma igreja / ermida e um conjunto diversificado de materiais, cronologicamente enquadrados entre o século XII (período Medieval Islâmico - Almóada) e o século XVIII (período moderno).

Quando D. Afonso III ocupou o trono, já parte do Algarve muçulmano tinha caído para os cristãos, que em campanhas várias foram fragilizando as estruturas políticas e militares muçulmanas. A queda de Albufeira foi sendo adiada e a conquista de Faro pelos cristãos tornou impossível a sua manutenção, uma vez que deixou de ter apoio da principal praça militar. A praça caiu em poder de D. Afonso III, que imediatamente a doou à Ordem de Avis.

No reinado de D. Manuel I já a vila reconquistara a sua antiga importância, tendo este monarca concedido o foral em 20 de Agosto de 1504.

Durante o período da idade média, Albufeira foi das cidades algarvias a mais castigada por cataclismos naturais, em especial terremotos, o que obrigou a constantes obras de reconstrução, com grande esforço financeiro para a sua execução.

Com o terramoto de 1755, a cidade de Albufeira foi praticamente destruída, tendo-se iniciado no ano seguinte um lento processo de reconstrução, que foi altamente comprometido no ano de 1833, durante a guerra civil entre absolutistas e liberais. A cidade de Albufeira foi cercada e

atacada pelos soldados defensores da causa absolutista que danificaram profundamente a vila e executou grande número dos seus habitantes.

A partir de meados do século XIX verificou-se um desenvolvimento da economia graças à atividade piscatória, que foi aumentando até ao século XX, traduzindo-se na existência de cinco fábricas de transformação de peixe que empregavam 700 a 800 pessoas.

De 1930 a 1960 a atividade piscatória entrou em declínio, levando ao encerramento de fábricas e ao êxodo da população, que apenas recuperou a partir de 1970 com o surgimento da economia do turismo. Na década de 80, verificou-se um enorme surto urbanístico, tendo a cidade crescido para nascente, dando-lhe a configuração que atualmente conhecemos, provocando alterações muito significativas em praticamente todo o concelho.

2. ELEMENTOS PATRIMONIAIS IDENTIFICADOS NA ZONA DE PROJECTO

O Estudo de Impacte Ambiental do Projeto do Hotel Rural em Vale Pegas (Albufeira) foi efetuado através da consulta dos elementos que integram o PDM do Concelho do Albufeira designadamente a carta de condicionantes e o Regulamento deste plano, bem como cartografia mais recente, elaborada no âmbito da revisão deste PDM, em que se inclui a Carta Arqueológica.

Para além do referenciado anteriormente, foi realizada a prospeção sistemática de toda a zona de intervenção, através de faixas corredores não distando entre si mais de 10 metros, nos limites totais da propriedade, dado que a mesma é uma propriedade vedada. Encontra-se rodeada de outras propriedades também vedadas e com utilização privada, não sendo por isso mesmo possível aceder às mesmas. Não foram identificados elementos patrimoniais na área prospetada e que incidiu sobre a totalidade da propriedade em análise.

Fora da propriedade foi identificado um elemento patrimonial durante a prospeção arqueológica do terreno, que consta na ficha que se segue.

Designação: Escola primária

Tipo de Sítio: edifício

Descrição do sítio: Trata-se de uma escola do Plano dos Centenários. Esta Plano foi lançado em 1940, sendo a sua elaboração atribuída a uma Comissão Central que funcionava junto da Direcção-Geral do Ensino Primário do Ministério da Educação Nacional, com representantes dos ministérios do Interior e das Obras Públicas e Comunicações e com a colaboração dos diversos presidentes de câmaras municipais, diretores escolares dos distritos e delegados escolares dos concelhos.

As escolas foram construídas, segundo o estilo arquitetónico conhecido como "Português Suave, incorporando características da arquitetura tradicional. Os projetos, baseavam-se nos projetos-tipo regionalizados de escolas primárias, aprovados pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em 1935 e elaborados pelos arquitetos Raul Lino e Rogério de Azevedo. O primeiro arquiteto projetou os edifícios destinados às regiões do Sul e o segundo às regiões do Norte. As escolas seriam construídas em série, mas cada escola seria adaptada às características da arquitetura local, tendo em conta os materiais aplicados e as condições climatéricas. Para aplicação ao Plano dos Centenários, os projetos de Raul Lino e de Rogério de Azevedo seriam revistos pelos arquitetos Manuel Fernandes de Sá, Joaquim Areal, Eduardo Moreira dos Santos e Alberto Braga de Sousa.

A construção das escolas foi levada a cabo pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Ministério das Obras Públicas. No âmbito do Plano dos Centenários, até ao final da década de 1950, foram construídos mais de 7000 edifícios escolares novos. A construção de escolas em larga escala continuou até meados da década de 1960.

Na década de 1990, no entanto, muitas começaram a ser desativadas, por um lado devido à falta de alunos decorrente da desertificação das regiões do interior e por outro no âmbito da política de concentração dos alunos do 1º ciclo do ensino básico em escolas de maior dimensão. Algumas das escolas desativadas foram convertidas para outros fins, sendo transformadas em museus, restaurantes, estabelecimento hoteleiros e outros. Esta está transformada na sede dos escoteiros.



Período Cronológico: Século XX

Classificação/ Legislação/ Proteção: não existe.

Distrito/Concelho/Freguesia: Faro/ Albufeira/ Paderne

Acesso: CM1171

Coordenadas geográficas: - 8,232751 /37,165872



Limites do projecto e localização do elemento patrimonial

3. ÁREA PROSPECTADA

Foi realizada a prospeção sistemática da totalidade da área de intervenção através de faixas corredores apertadas, não distando entre si mais de 10 metros. A visibilidade do solo é total e perfeita, sem obstáculos de maior. As árvores e arbustos existentes não prejudicam a visibilidade do solo.

A área em estudo apresenta um pequeno planalto ocupado por algumas ruínas, no qual se pretende implantar o edifício principal, enquadrado numa plataforma que se desenvolve à cota média de 116.55 m e da qual se aprecia a vista sobre o vale.

Os solos do Projeto Hotel Vale do Tempo, apresenta, na sua maior parte, em solos Incipientes, litossolos dos climas de regime xérico, de outros arenitos, solos calcários vermelhos dos climas de regime xérico e em afloramento rochoso de calcários ou dolomias. A sul do projeto, e em menor representatividade, encontram-se solos Argiluvitados pouco insaturados – solos mediterrâneos, vermelhos ou amarelos de materiais calcários, normais, de calcário compacto ou dolomias.

A nível do Projeto Hotel Vale do Tempo, este está inserido no Sítio Barrocal, sendo a segunda maior área cársica do país e engloba uma faixa compreendida entre o litoral e a serra do Caldeirão, que lhe confere proteção aos ventos do quadrante norte, intensificando as características mediterrânicas do território. Caracteriza-se igualmente pela existência de alguma ocupação agrícola, nomeadamente de pomares de sequeiro (figueira, amendoeira e oliveira) e por povoamentos florestais de alfarrobeira, que ocupam a área de distribuição natural de azinheira, alternando com matos e matagais mediterrânicos (classificadas na ocupação do solo como formações vegetais naturais).

A área do projeto está atualmente ocupada por prados secos, os quais estão a ser colonizados por vegetação arbustiva, embora este processo esteja ainda no seu início. Esta estrutura de coberto vegetal resultou do abandono recente das atividades agrícolas.

O terreno alberga ainda elementos característicos das explorações agrícolas do Algarve, designadamente; oliveiras (*Olea europaea* var. *europaea*), abundância de alfarrobeiras (*Ceratonia siliqua*) e amendoeiras (*Prunus dulcis*) e citrinos, pontualmente organizados em pequeno pomar.



Fig. 5 Vista da área de intervenção



Fig. 6 Vista da área de intervenção



Fig. 7 Tipo de solo e vegetação mediterrânica



Fig. 8 Área de estudio



Fig. 9 Habitações a demolir

A área de estaleiros localiza-se na zona onde se encontram as habitações a demolir. Estas habitações são muito precárias, tendo sido construídas no século XX, com a utilização de tijolo e cimento. Não apresentam características distintivas ou marcantes da arquitetura tradicional algarvia, para além de se encontrarem em mau estado de conservação.

Ao longo do terreno observam-se potentes muros de pedra seca, muito típicos nesta zona no Algarve. Os mesmos apresentam-se bastante estáveis, apesar de alguns troços apresentarem já sinais de derrube. Uma observação cuidada a estes elementos não identificou cerâmicas na sua estrutura.



Fig. 10 Muros de pedra seca



Fig. 11 Troço de muro de pedra seca

4. ANÁLISE DE IMPACTES

Procede-se de seguida a uma avaliação dos impactes do projeto sobre o património, tendo em conta os seguintes fatores: natureza, ordem, magnitude, significância, período temporal, reversibilidade, probabilidade de ocorrência e incidência espacial.

NATUREZA:		ORDEM:		MAGNITUDE:	
POSITIVO.....	+	DIRECTO.....	D	ELEVADA.....	E
NULO.....	0	INDIRECTO.....	I	MÉDIA.....	M
NEGATIVO.....	-	CUMULATIVO.....	C	BAIXA.....	B
SIGNIFICÂNCIA:		P. TEMPORAL:		REVERSIBILIDADE:	
ELEVADA.....	E1	IMEDIATO.....	im	TEMPORÁRIO.....	T
MÉDIA.....	M1	CURTO PRAZO.....	cp	PERMANENTE.....	P
BAIXA.....	B 1	MÉDIO/ LONGO.....	mlp		
PROB. OCORRÊNCIA:		INCID. ESPACIAL:			
CERTO.....	c	LOCAL.....	L		
PROVÁVEL.....	p	ENVOLVENTE.....	e		
IMPROVÁVEL.....	i	REGIONAL.....	R		
DESCONHECIDO.....	d				

Da análise da proposta do projeto podemos concluir que o mesmo não terá qualquer tipo de impacte sobre o património cultural conhecido. Foi identificado um elemento patrimonial arquitetónico, mas o mesmo localiza-se fora da área de intervenção e encontra-se vedado e murado em relação à obra. Assim, globalmente podemos afirmar que:

NATUREZA:		ORDEM:		MAGNITUDE:	
NULO.....	0	CUMULATIVO.....	C	BAIXA.....	B
SIGNIFICÂNCIA:		P. TEMPORAL:		REVERSIBILIDADE:	
BAIXA.....	B 1	IMEDIATO.....	im	PERMANENTE.....	P
PROB. OCORRÊNCIA:		INCID. ESPACIAL:			
IMPROVÁVEL.....	i	LOCAL.....	L		

Analisando pormenorizadamente cada fase, podemos afirmar:

a) Fase de Construção

Durante a fase de construção, prevê-se a montagem e funcionamento do estaleiro na zona ocupada pelas antigas edificações. Na superfície livre resultante da demolição das preexistências, reserva-se cerca de 300.00 m² de área, para a colocação temporária das instalações e equipamentos de apoio à execução da obra. No decurso do período de exploração do estabelecimento hoteleiro, não se planeia a ocupação de qualquer outra área, para além das áreas e edificações propostas e definidas no projeto de arquitetura.

Na fase de construção as ações que poderão ter implicações em património cultural atualmente desconhecido serão as seguintes:

- Demolição das estruturas construídas existentes;
- Movimentação de terras;
- Abertura e betonagem de fundações.

Neste sentido, prevê-se que com a adoção de medidas adequadas nas frentes de obra, em especial o acompanhamento arqueológico, o impacto seja **negativo, direto, provável, local, de magnitude reduzida, reversível, temporário e pouco significativo**. Julga-se ainda de propor a **preservação dos muros de pedra seca através da sua recuperação e integração no projeto**.

b) Fase de exploração

O projeto não tem dimensão para afetar o **Património Cultural** na zona. Ainda que a circulação de automóveis associada ao projeto implique a queima de combustíveis fósseis e, por isso, emissão de gases de estufa que são prejudiciais à conservação dos edifícios, os valores emitidos serão insignificantes à escala global ou nacional.

Os impactes no património cultural na fase de exploração serão **negativos, diretos, prováveis, localizados, de magnitude reduzida, reversíveis, permanentes e pouco significativos**.

c) Fase de desativação

Não está prevista a desativação do projeto, no entanto, nesta fase sendo efetuadas ações de demolição espera-se que os impactos sejam iguais aos registados na fase de construção.

5. MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Não se identificaram elementos patrimoniais na área do projeto, excetuando um elemento arquitetónico que se localiza fora da propriedade e perfeitamente protegido em relação a qualquer intervenção que se venha a realizar tendo em vista a construção do empreendimento turístico de Vale Pegas. Desde já se referimos que das informações obtidas junto ao promotor da obra, a execução do empreendimento decorrerá exclusivamente nos limites da propriedade e daí que não sejam afetados elementos patrimoniais fora desta. Para além deste facto, as propriedades vizinhas são muradas, protegendo-as da obra do empreendimento hoteleiro. As propriedades limítrofes estão muradas e utilizadas como habitação permanente ou sazonal, não sendo possível a sua observação.

Contudo, em fase de escavação podem surgir elementos que até agora são desconhecidos e não foram identificados durante a prospeção do terreno. Neste sentido, foram propostas as seguintes medidas de minimização:

1. Acompanhamento arqueológico das obras de demolição, escavação e revolvimento de solos por um arqueólogo;
2. Preservação dos muros de pedra seca através da sua recuperação e integração no projeto hoteleiro;
3. Sinalização da escola primária, identificada como elemento patrimonial 1, localizada no exterior da propriedade e proteção da mesma em relação à obra.
4. Limitação dos trabalhos de construção da unidade hoteleira apenas às áreas da propriedade.

6. LIMITES AO CONHECIMENTO

A prospeção decorreu em toda a área de intervenção e na totalidade da propriedade. A área em estudo apresenta um pequeno planalto ocupado por algumas ruínas, no qual se pretende implantar o edifício principal, enquadrado numa plataforma que se desenvolve à cota média de 116.55 m e da qual se aprecia a vista sobre o vale.

Salienta-se o facto de a área de construção ser reduzida, e de parte dela ocorrer sobre áreas já edificadas, embora atualmente em ruínas, prevendo-se a afetação por edificação apenas de cerca de 3000 m², parcialmente compensado pela remoção de construções em cerca de 400 m². Alguns solos apresentam uma potencialidade agrícola razoável estando integrados em RAN.

Não foi possível prospetar nem obter autorização para a prospeção das propriedades limítrofes. Estas têm uma utilização sazonal ou permanente. Encontram-se ainda totalmente vedadas e muradas.

7. CONCLUSÕES

A realização da vertente patrimonial do *Estudo de Impacte Ambiental do Projeto do Hotel Rural em Vale Pegas (Albufeira)* permitiu compreender a dinâmica local ao nível do património cultural. Durante o trabalho de gabinete e como resultado da pesquisa bibliográfica, foi

identificado um sítio patrimonial arquitetónico que se localiza nos limites da área de estudo, mas em sítio separado por muro.

A prospeção arqueológica do terreno ocorreu na totalidade da propriedade. Não foi possível prospetar para além dos limites da propriedade dado que as propriedades confinantes se encontram vedadas e têm utilização corrente como primeira habitação.

Os terrenos da propriedade encontravam-se lavrados, o que permitiu uma perceção total do solo. Só pontualmente existem algumas árvores e arbustos, mas estes não impedem a prospeção. Foram preconizadas medidas de minimização tendo em vista a preocupação na proteção de património arqueológico desconhecido.

8. BIBLIOGRAFIA

- AA. VV., Inventário do Património Cultural Construído no Concelho de Albufeira, s.e., 1999.
- AA. VV., Inventário de sítios arqueológicos – Albufeira, Lisboa, IPPAR, s.d.
- AA. VV., Património Arquitetónico e Arqueológico Classificado – Distrito de Faro, IPPAR, Lisboa, 1993.
- AA. VV., Plano Diretor Municipal de Albufeira, Albufeira, Câmara Municipal de Albufeira, 2020.
- ALARCÃO, Jorge, Portugal Romano, 4ª edição, Coimbra, Editorial Verbo, 1987.
- ALEGRIA, J.A., Arquitetura tradicional: Marrocos e Algarve. In Anais do Município de Faro. Faro. 16, 1986.
- ARAÚJO, Ana Cristina Reis da Silva, FARIA, António José Marques de, MOINHOS, Maria José Nunes Espinheira, ANTUNES, Maria de Fátima, NUNO, Carlos Simões, LOURENÇO, Fernando Severino e PEREIRA, João Paulo de Melo Esteves, Carta Arqueológica de Portugal: concelhos de Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé, São Brás de Alportel. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1992.

- CATARINO, Helena e INÁCIO, Isabel Maria Batista, Vestígios do urbanismo islâmico no Castelo de Paderne: uma primeira abordagem. In Xelb, 2004.
- COUTINHO, V., Castelos, Fortalezas e Torres da Região do Algarve, 1997.
- CORREIA, V, “O Paleolítico em Portugal. Estado Atual do seu Estudo” in O Arqueólogo Português, Vol. XVII, Lisboa, 1912.
- FERREIRA, O. da Veiga,

“Algumas descobertas importantes da Pré e Proto-história portuguesa nos últimos anos” in Revista de Guimarães, Vol. LXXIII, Guimarães, 1963.

Portugal pré-histórico e seu enquadramento no Mediterrâneo, Lisboa, Publicações Europa-América, s.d.
- FONTES, J., “Subsídios para o estudo do paleolítico português” in O Archeólogo Português, vol. XVII, Lisboa, 1912.
- GOMES, Mário Varela, PAULO, Luís Campos e FERREIRA, Sónia Duarte, Levantamento Arqueológico do Algarve. Concelho de Albufeira. in Albufeira: Câmara Municipal de Albufeira, 2003.
- GOMES, Rosa Varela, Silves (Xelb), uma cidade do Gharb AlAndalus: território e cultura. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia ; 23), 2002.
- LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, Portugal Antigo e Moderno. Lisboa: Ed. Mattos Moreira, Vol. 1, 1873.
- LEISNER, Vera, “As diferentes fases do Neolítico em Portugal” in Arqueologia, 7, Porto, 1983.
- LOURENÇO, Fernando Severino e PEREIRA, João Paulo de Melo Esteves, Carta Arqueológica de Portugal: concelhos de Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé, São Brás de Alportel. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, vol. 1, 1992.
- MARQUES, Maria da Graça Maia, O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: Elementos para a sua História, 1999.
- MAGALHÃES, Natércia, O Legado Arquitetónico Islâmico no Algarve, 2002.

- NOBRE, I. N., Albufeira Percursos de uma história secular. Junta de Freguesia de Albufeira, Albufeira, 1995.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de,
Bibliografia Arqueológica Portuguesa (1935-1969), IPPAR, Lisboa, 1984.
Bibliografia Arqueológica Portuguesa (1970-1979), IPPAR, Lisboa, 1985.
Bibliografia Arqueológica Portuguesa (Séc. XVI-1934), IPPAR, Lisboa, 1993.
- OLIVEIRA, Francisco Xavier d'Ataíde, Monografia de Paderne ou Paderne do concelho de Albufeira. In Monografia de Paderne ou Paderne do concelho de Albufeira, 1910.
- QUITÉRIO, P., Castelo de Paderne, Portugal: Intervenção na sua muralha almóada. Arquitectura construída en tierra, tradición e innovación. In Congresos de Arquitectura de Tierra en Cuenca de Campos 2004 / 2009.
- RAPOSO, Jorge, Sítios Arqueológicos Portugueses Revisitados: 500 arqueossítios ou conjuntos em condições de fruição pública responsável. In AlMadan, 2016.
- RAPOSO, Jorge (2001) - Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal. In Almadan. Almada. 2ª série: 10, 2001.
- SAA, Mário, As Grandes Vias da Lusitânia, O Itinerário de Antonino Pio, Tomo III e V.
- SANTOS, M. Farinha dos, Pré-História de Portugal, 3ª edição actualizada, Lisboa, Editorial Verbo, 1985.
- SOUSA, J. M. Cordeiro, Apontamentos de Epigrafia Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional de Publicidade, 1937.
- ZBYSZEWSKI, G., Carta Geológica do Quaternário de Portugal, Lisboa, Ministério da Economia/ Secretaria de Estado da indústria/ Direcção Geral de Minas e Serviços Mineiros, 1971.

9. ANEXOS

Demarcação da Área do Projeto



DECLARAÇÃO

Outras Paisagens, Lda, com escritórios na R. Dr. António Martins, 39, r/c, Lisboa, declara, nos termos da subalínea i) da alínea i) do n.º 1 do art.º 7.º do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de Novembro, enquanto entidade contratante, garantir a disponibilização dos meios necessários à boa execução do trabalhos arqueológicos para o Estudo de Impacte Ambiental do Projeto Hotel Vale do Tempo, no concelho de Albufeira, a efectuar pelo Dr. Pedro Manuel da Costa Ventura.

Lisboa, 2 de junho de 2022



Susana Morais
(Sócia Gerente)

DECLARAÇÃO ENTIDADE ENQUADRANTE

Pedro Manuel da Costa Ventura, residente na Rua Serpa Pinto nº 28/30, São Pedro de Sintra, 2710-512 Sintra, declara, nos termos da subalínea i) da alínea i) do nº 1 do artº 7º do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 164/2014, de 4 de Novembro, enquanto entidade enquadrante, garantir a disponibilização dos meios necessários à execução dos trabalhos arqueológicos para o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Hoteleiro de Vale de Pegas (Albufeira), como arqueólogo responsável.



Pedro Manuel da Costa Ventura



ANEXO FOTOGRÁFICO



Fig. Vista da área de intervenção



Fig. Vista da área de intervenção



Fig. Tipo de solo e vegetação mediterrânica



Fig. 8 Área de estudio



Fig. Habitações a demolir



Fig. Muros de pedra seca



Fig. Troço de muro de pedra seca

ANEXO 05 MEMÓRIA DESCRITIVA DAS PREXISTÊNCIAS

Anexo

Memória do Núcleo Habitacional

1. O Local

O local onde se pretende implementar o empreendimento turístico (hotel rural) situa-se em Vale de Pegas na freguesia de Paderne (concelho de Albufeira) e trata-se de terreno com 6,1 hectares, onde a envolvente natural e paisagística permite desenvolver um projeto integrado no meio natural beneficiando do sossego e tranquilidade que afastamento aos aglomerados populacionais lhe propicia. Por outro lado, a envolvente rural e florestal, garante a inexistência de estruturas degradadas e de indústrias ou atividades insalubres, poluentes ou passíveis de prejudicar as condições naturais, paisagísticas ou culturais.

Os promotores pretendem construir um empreendimento turístico composto por 14 unidades de alojamento no edifício principal e 15 unidades de alojamento na encosta, totalizando 49 camas.

A área em estudo apresenta um pequeno planalto ocupado por algumas ruínas, no qual se pretende implantar o edifício principal, enquadrado numa plataforma que se desenvolve à cota média de 116.55 m e da qual se aprecia a vista sobre o vale. As características do relevo impõem uma intervenção que se ajuste à sua orografia.

O planalto onde se pretende implantar o edifício central, encontra-se ocupado por algumas casas e anexos. Relativamente às edificações preexistentes, esclarece-se que, numa primeira fase, houve a intenção de mantê-las e integrá-las no edifício principal do empreendimento. Posteriormente, após um estudo mais detalhado concluiu-se que as edificações se encontram bastante degradadas, não sendo possível restituir as garantias de segurança estrutural necessárias mediante a realização de obras de conservação.

Ressalva-se assim, que sendo notória a precariedade estilística e construtiva das preexistências, em nada se qualificaria a arquitetura do estabelecimento hoteleiro proposto, caso se mantivessem os planos murais das antigas edificações. Não apresentando o conjunto edificado características arquitetónicas distintivas que o tornem testemunho da arquitetura erudita, tradicional ou vernacular da região e considerando que estas edificações não se encontram classificadas, o promotor do projecto propõe a sua demolição.

Salienta-se também, que por questões técnicas, não foi possível coincidir inteiramente a implantação da edificação proposta com a superfície ocupada pelas preexistências. A área ocupada por estas construções encontra-se incluída em Reserva Agrícola Nacional (RAN), por conseguinte, a sua demolição possibilita a integração de 402.96 m² de terreno livre nesta reserva.

O local de intervenção apresenta condições ímpares para a localização de um estabelecimento hoteleiro, beneficiando do sossego e tranquilidade que afastamento aos aglomerados populacionais lhe propicia. Por outro lado, a envolvente rural e florestal, garante a inexistência de estruturas degradadas e de indústrias ou atividades insalubres, poluentes ou passíveis de prejudicar as condições naturais, paisagísticas ou culturais. A unicidade destas condições determinou um levantamento cuidadoso do coberto arbóreo

existente de modo que a construção do empreendimento proposto possa preservar a vegetação e as árvores de maior porte nomeadamente, pinheiros mansos e alfarrobeiras.



37°10'00.20"N 8°14'04.30"O

Figura 1 – Demarcação da área de intervenção.

2. O Núcleo habitacional

Esta área do Algarve, de paisagem austera e agreste, encontra-se sujeita aos duros ventos da costa atlântica, ou ao regime de clima de montanha no seu território mais interior. Corresponde assim, igual e naturalmente, a aglomerados mais pobres e com construções mais simples e menos sofisticadas do que as do Algarve Central.

Por exemplo, a platibanda decorativa das fachadas, que é tão corrente naquela área, é aqui quase inexistente. Mesmo nos núcleos urbanos maiores como Aljezur, Vila do Bispo ou Monchique, a sua presença é muito atenuada e discreta.



Figura 2 – Núcleo habitacional.

Pelo contrário, e correspondendo a esta simplicidade geral, o caso em apreço, a casa rural “pura” – entendendo por esta designação as habitações de uma ou duas águas, frequentemente sem chaminé, ou com chaminés de expressão muito elementar, possuindo paredes caiadas a branco, executadas em alvenarias “pobres” (taipa, pedra ou tijolo), com os pavimentos de tijoleira ou terra batida surge aqui com frequência, embora actualmente sejam mais os exemplos degradados, muito alterados e modernizados, ou, mais simplesmente, abandonados e em ruínas.

Também nos pequenos aglomerados proto-urbanos desta sub-região, é a casa de expressão geral mais simples e modesta que surge, embora sem nunca perder o carácter urbano comum a todo o Algarve.

Constituindo conjuntos de construções sobretudo habitacionais, estas são ainda maioritariamente térreas, de pequena dimensão, caiadas a branco, sem outro atributo que o telhado simples e por vezes o balcãozinho fronteiro à casa. Este tema das casas térreas elementares, de cobertura com uma ou duas águas e de expressão geral muito simples, correspondendo aos tipos mencionados na obra acima referida, ocorre pelo menos em três áreas do território: é a casa do Baixo Algarve, a casa da serra de Monchique, e a casa do Caldeirão ao Vale do Guadiana.

Observamos ainda, neste núcleo em análise, áreas que julgamos que já teriam sido dedicadas aos animais domésticos, mantendo a leitura do casario existente. Para além disso assinala-se um pequeno poço.



Figura 3 – Núcleo habitacional.



Figura 4 – Núcleo habitacional.



Figura 5 – Núcleo habitacional.

Com a progressiva industrialização dos materiais e técnicas de construção, no quadro europeu, ao longo do século XIX, a arquitectura doméstica, como as demais, foi recebendo o influxo das conseqüentes mudanças, utilizando progressivamente materiais mais perfeitos, mais resistentes, e mais sofisticados.

Foi o caso das matérias cerâmicas, como a nova telha de tipo Marselha, achatada, de encaixe e fixação com arame (logo muito mais estanque do que a telha de canudo), ou das chapas metálicas de isolamento, como o zinco, em módulos ondulados pré-fabricados, que foi substituindo nas empenas a lousa ou a telha. Esta alteração substancial levou à sua utilização no presente núcleo habitacional, descaracterizando-se irremediavelmente, sobrevivendo quase apenas a tradicional chaminé algarvia.

Em Portugal, e concretamente no Algarve, esta transformação construtiva e tecnológica foi ocorrendo, sobretudo entre o último quartel de Oitocentos e as décadas de 1910-20, e verificou-se em todos os programas de habitação, com frequência nas casas térreas e de dois ou três pisos, em contexto urbano – com alastramento progressivo ao meio rural.

Um dos elementos mais visíveis deste transformação, por uso de materiais e técnicas industriais mais modernas, foi, nas cimalthas dos edifícios, o aparecimento de uma platibanda, ou seja, de um murete ou balaustrada de alvenaria, ao longo da fachada, com aproximadamente um metro de altura, escondendo para o exterior o remate inferior do telhado (e o seu beiral). Peça construtiva afirmativa, a platibanda alteava a edificação, dando-lhe mais imponência e significado visual, logo, de um modo simbólico, mais “status” social. Verificamos esta característica neste núcleo mas não apresenta decoração.

Esta platibanda rapidamente assumiu um valor ornamental, como forma arquitectónico-decorativa por excelência dentro do processo de modernização da casa tradicional – adaptando-se quer ao modelo de cobertura telhada (simples ou de tesoura) quer ao da varanda (o terraço da cobertura), quer ainda ao modelo misto, que utilizava ambos os sistemas.

Trata-se afinal de um modo de definir fachadas sem o tradicional beiral, permitindo o escoamento indirecto das águas pluviais (por meio da caleira horizontal de recolha, ao longo do beiral por detrás do murete, passando de seguida aos tubos de queda) – constituindo uma presença mais sofisticada em ruas de contexto urbano, por ser tecnicamente mais apurada.

Efetivamente a água das chuvas não cai diretamente para o pavimento dos arruamentos (incomodando eventuais transeuntes), mas é antes escoada para a rede de drenagem subterrânea, pelo sistema de tubagens descrito.

3. O Enquadramento da Pretensão nos Planos Territoriais Aplicáveis

O PDMA – Plano Diretor Municipal de Albufeira integra estas parcelas nas categorias de **Zona de Uso Agrícola e Zona de Enquadramento Rural**.¹ O PDMA define que as áreas incluídas nestas categorias são consideradas **Espaços de recursos naturais e de equilíbrio ambiental**.²

Nas **Zonas de Uso Agrícola** não são permitidas edificações excetuando *“os estabelecimentos hoteleiros isolados, as edificações isoladas, as edificações de apoio, e a recuperação e ampliação de construções existentes [...]”*.³

Em áreas com a classificação de **Zona de Enquadramento Rural** é interdita a realização de obras sendo, no entanto permitida a edificação ou beneficiação de construções existentes de acordo com as condições previstas no artigo 18.º do Regulamento do PDMA. Em **Zonas de Enquadramento Rural** é igualmente permitida a construção de estabelecimentos

¹ Artigos 21.º e 25.º do Plano Diretor Municipal de Albufeira, D.R. n.º 214 Série II de 2 de novembro de 2015.

² Artigo 19.º do Plano Diretor Municipal de Albufeira, Idem.

³ Artigo 1.º do Anexo IV do Idem, Ibidem.

hoteleiros, dado que este artigo remete as condições da edificação em solo rural para as disposições previstas no anexo IV do Regulamento do PDMA.⁴

As condições de edificabilidade para estabelecimentos hoteleiros nas categorias de **Zona de Uso Agrícola** e de **Zona de Enquadramento Rural** são, por conseguinte, definidas no Anexo IV do Regulamento do PDMA.

Os parâmetros de edificabilidade utilizados no projeto contemplaram as disposições previstas no PDMA para as parcelas de intervenção, nomeadamente as regras supramencionadas que se sintetizam no quadro seguinte:

Edificações em Zona de Uso Agrícola	Propõe-se a localização das edificações preexistentes para uso turístico.
Edificações em Zona de Enquadramento Rural	Propõe-se a localização das edificações preexistentes para uso turístico.
	As edificações propostas serão implantadas em parcelas cuja área é de 6,1338 Ha.

4. Os Trabalhos Propostos

Os trabalhos de demolição incluem o isolamento do local da obra, os trabalhos preparatórios, a planificação do faseamento, o derrube total da edificação, o aproveitamento de produtos da demolição, o transporte de resíduos para local apropriado e a limpeza do terreno.

⁴ N.º 8.º do Artigo 18.º do Plano Diretor Municipal de Albufeira, D.R. n.º 214 Série II de 2 de novembro de 2015.

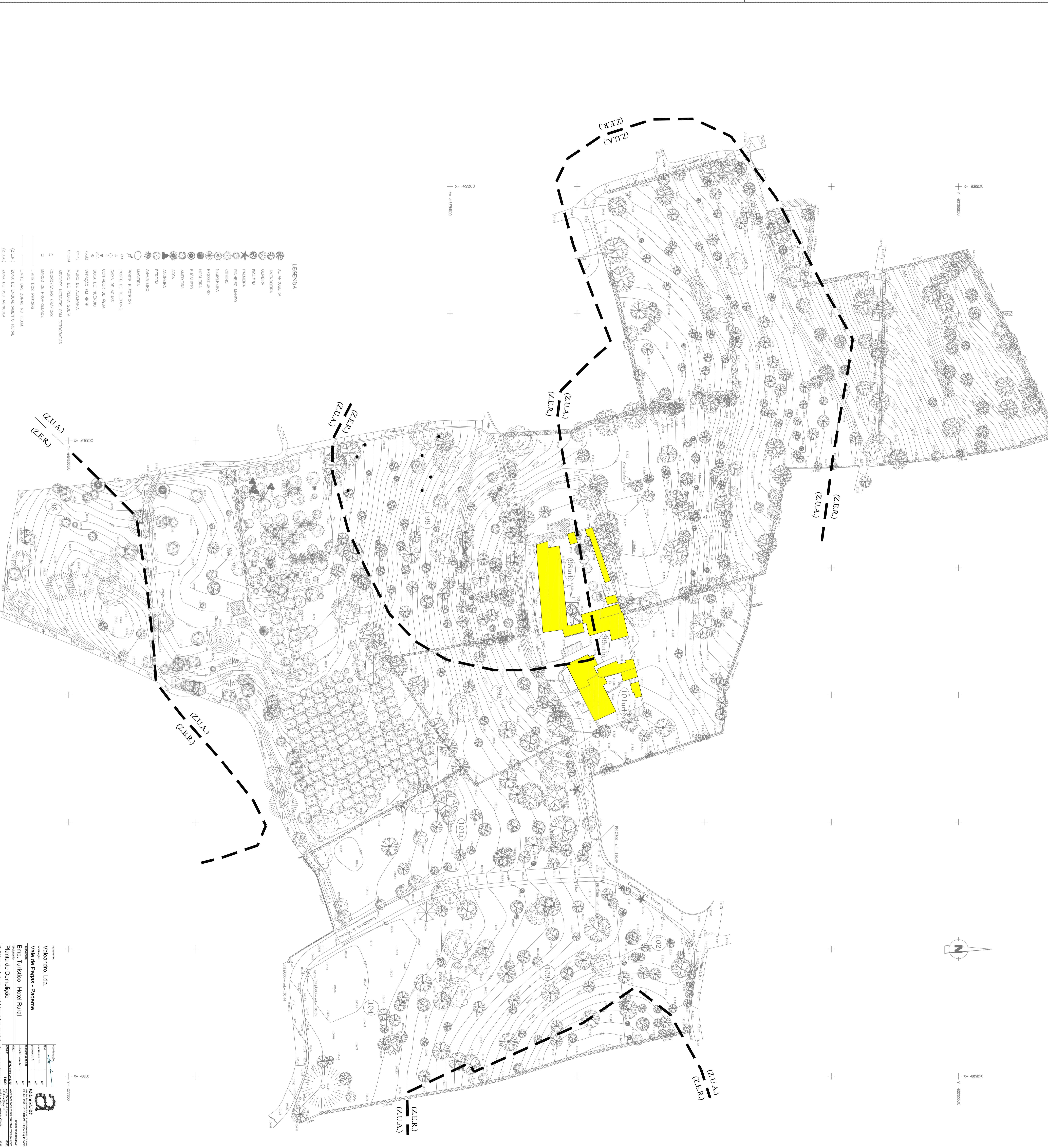
Os trabalhos serão executados de acordo com as normas legais e com as precauções impostas pela segurança de transeuntes, operários, edificações adjacentes, vias, veículos e equipamentos e incluem:

- Os escoramentos necessários;
- O fornecimento e execução de elementos de consolidação e travamento necessários, bem como o tratamento final das construções vizinhas, caso seja necessário;
- A montagem e desmontagem dos equipamentos de apoio (para execução da demolição), de segurança e de sinalização da obra;
- A separação de produtos de demolição e carregamento em equipamentos de transporte para os locais a definir;
- A limpeza do terreno, deixando-o livre de detritos e entulho.

5. O Faseamento da Execução dos Trabalhos

Os trabalhos propostos serão executados de acordo com a seguinte programação:

- Desmontagem da cobertura em telha e da estrutura de suporte;
- Demolição das paredes exteriores, elementos estruturais;
- Desmantelamento de muros e escadas exteriores;
- Remoção de pavimento e fundações.



LEGENDA

	ALVAROSEIRA
	ALAMEDA
	OLIVEIRA
	FIGUEIRA
	PALMEIRA
	PINHEIRO MANSO
	CITRINO
	NESPEREIRA
	PISTACIZIDO
	VIDEIRA
	ESCULPITO
	ARDEVESA
	AVEVESA
	PENECA
	ALENTEIRO
	MACIEIRA
	POSTE ELECTRICO
	CAIXA DE AGUA
	CONDUTOR DE AGUA
	ROCA DE MACHO
	RESACA DE AGUA
	MURO DE ALVENARIA
	MURO DE PEDRA SOLTA
	ARVORES MORTAS COM FOTOGRAFIAS
	COORDENADAS GRAFICAS
	MARCO DE PROPRIEDADE
	LIMITE DOS PICTOS
	LIMITE DAS ZONAS NO P.A.M.
	(ZUA) ZONA DE ENDOAMENTO RURAL
	(ZUA) ZONA DE USO AGRICOLA

Valandato, Lda.	
Vale do Póguas - Pedome	
Emp. Turístico - Hotel Rural	
Planta de Detalhe	
Projeto a responsabilidade do autor. Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial sem autorização expressa do autor.	

Valeandro, Unipessoal Lda.



ANEXO 06 E-MAIL DGPC

De: Paulo Oliveira <poliveira@dgpc.pt>
Data: 15 de junho de 2022, 18:32:13 WEST
Para: pedroven@gmail.com
Assunto: Portal do Arqueólogo

Dr. Pedro Manuel da Costa Ventura

Comunico que o pedido de autorização de trabalhos arqueológicos de prospecção para Estudo de Impacto Ambiental do Hotel de Vale de Pegas, Paderne, Albufeira, submetido a 6 de Junho, foi recebido a 15 de Junho, tendo sido tramitado para a Direcção Regional de Cultura do Algarve.

Face a uma anomalia no sistema de *e-mail* desta Direcção Geral que impediu o funcionamento do Portal do Arqueólogo, o prazo de resposta, previsto no nº 2 do artº 6º do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, começa a ser contado nesta data.

Cumprimentos

Paulo de Oliveira, *Gestor do Portal do Arqueólogo*
Direcção-Geral do Património Cultural / DGPC
Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa
Telm: (351) 962 525 109
Tel. directo (351) 213 614 299
Tel. geral: (351) 213 614 200 (ext. 1247)
E-mail: poliveira@dgpc.pt



PORTAL DO ARQUEÓLOGO

ANEXO 07 MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO REVISTAS- PATRIMÓNIO CULTURAL

1. PATRIMÓNIO CULTURAL

1.1. Fase de Construção

Não se identificaram elementos patrimoniais na área do projeto, excetuando um elemento arquitetónico que se localiza fora da propriedade e perfeitamente protegido em relação a qualquer intervenção que se venha a realizar tendo em vista a construção do empreendimento turístico de Vale Pegas. Desde já se referimos que das informações obtidas junto ao promotor da obra, a execução do empreendimento decorrerá exclusivamente nos limites da propriedade e daí que não sejam afetados elementos patrimoniais fora desta. Para além deste facto, as propriedades vizinhas são muradas, protegendo-as da obra do empreendimento hoteleiro.

Contudo, em fase de escavação podem surgir elementos que até agora são desconhecidos e não foram identificados durante a prospeção do terreno. Neste sentido, foram propostas as seguintes medidas de minimização:

- Acompanhamento arqueológico das obras de demolição, escavação e revolvimento de solos;
- Obrigatoriedade de existir Acompanhamento Arqueológico sistemático e permanente sempre que existirem desmatações, limpeza e decapagem dos solos, movimentações de terras de qualquer natureza, todas as ações que impliquem escavação do subsolo, inclusive abertura de valas para colocação de infraestruturas e ligações à rede pública.
- Preservação dos muros de pedra seca através da sua recuperação e integração no projeto hoteleiro;
- Sinalização da escola primária, identificada como elemento patrimonial 1, localizada no exterior da propriedade e proteção da mesma em relação à obra;
- Limitação dos trabalhos de construção da unidade hoteleira apenas às áreas da propriedade.